TRIBUNAL DE JUSTIÇA



2018



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO





COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPOSIÇÃO

Angélica de Maria Mello de Almeida **Desembargadora Coordenadora**

Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida **Desembargadora Vice-Coordenadora**

Teresa Cristina Cabral Santana

Juíza de Direito

Rafaela Caldeira Gonçalves

Juíza de Direito

Milena Dias

Juíza de Direito





SUMÁRIO

Composição da COMESP	02
Sumário, Resoluções e Portaria de Criação da COMESP Reuniões das integrantes da COMESP	
Ofícios expedidos	1 1
Eventos, cursos, seminários e palestras	11/14
Notícias da COMESP publicadas no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo	15/49
Resoluções, Portarias e Comunicados publicados no DJE do Tribunal de Justiça de São Paulo	50/5!
Composição e localização da Coordenadoria de Apoio Administrativo	56/57





RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTIGO 6. DA RESOLUÇÃO № 561/2012)

2018

Resolução nº 561 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 20/03/2012 - Criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.540 de 26 de março de 2012, publicada no DJE em 28/03/2012 - Designação das Integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.554 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 19/04/2012 - Criação da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP.





Reuniões das integrantes da COMESP:

Reuniões de trabalho: 23 – Sextas-Feiras – 10:30 às 13 horas

Reuniões extraordinárias internas: 03

Reuniões extraordinárias externas: 02

ASSUNTOS PAUTADOS

Solicitação de atualização de dados do Disque 180.

Aplicativo Juntas e Projeto Fênix – divulgação junto aos Juízes e parceiros da Campanha Compromisso e Atitude.

Décima Semana Justiça Pela Paz em Casa.

Análise do pedido de apuração de conduta feito pela Senhora Jacyara Pereira Maciel, para verificar possível violação ao Código de Ética praticado por projeto de mediação de conflitos.

Atividades da COMESP – Cronograma para 2018.

Prazo dos Convênios da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha (números 008, 009, 010, 011, 012 e 013/2013).

E-mail da Doutora Viviane Crespi – localização das vítimas encaminhadas ao Projeto Fênix.

Curso EPM - Feminicídio.

Direito Comparado em Violência Doméstica.

E-mail da senhora Luz Morena, do Grupo de Mães do Estado de São Paulo.

Deputado Estadual Luiz Turco — Apresentação de Minuta de Projeto de Lei, que "Institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - PEVDM e estabelece diretrizes para a criação do Serviço de responsabilização e Educação dos Agressores").

Geledès – Instituto da Mulher Negra: Dra. Maria Sylvia de Oliveira, Presidente, solicita reunião e Dra. Sônia Maria Nascimento, Coordenadora das Promotoras Legais Populares, gostaria de trazer algumas promotoras legais populares para conhecerem a Comesp.

Dra. Sylmara Berger Del Zotto, da Secretaria de Estado da Saúde – Projeto Fênix – análise de datas para reuniões e webconferências.





E-mail do Doutor João de Oliveira Rodrigues Filho, Juiz de Direito Auxiliar da Capital, acerca do trabalho da Senhora Rosely Cruz, advogada, que gostaria de realizar trabalhos referentes à Violência Doméstica.

Centro Dandara de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos convida para palestrar.

Ofício da Vereadora Mariana Conti, de Campinas, convida a Dra. Teresa Cristina Cabral Santana, para participar de evento no dia 1°/03/2018.

Casa da Mulher Brasileira — E-mail da Sema 1.1.2 referente aos Autos nº 169.798/2017 acerca da indicação feita pelo Presidente Des. Paulo Dimas de uma Desembargadora titular e uma Desembargadora suplente para representar o TJSP no Comitê de Implantação da Casa da Mulher Brasileira.

Ofício nº EMC/2018 advindo da Magistrada Érica Marcelina Cruz, do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Suzano, informando que participará do VI Curso de Promotoras Legais Populares, no dia 27 de março de 2018, na cidade de Suzano, e ministrará a palestra com o tema: "As funções e atribuições do Poder Judiciário".

Substituição de gestora do Convênio Mackenzie / TJSP (000.067/2016) — Doutora Tatiane Moreira Lima pela Doutora Rafaela Caldeira Gonçalves.

Décima Semana Justiça Pela Paz em Casa.

Análise do pedido de apuração de conduta feito pela Senhora Jacyara Pereira Maciel, para verificar possível violação ao Código de Ética praticado por projeto de mediação de conflitos.

Campanha Feminicídio – curso de formação.

Direito Comparado em Violência Doméstica.

Evento para divulgação do Projeto Fênix – Alçando Voo e do Aplicativo Juntas, dia 23 de março de 2018.

Comunicado 28/2018 — Secretaria de Orçamento e Finanças — Proposta Orçamentária Setorial — POS — 2018

Jornalista Débora Verdan, da Escola Aberta do Terceiro Setor (projeto social de capacitação gratuita e online dos agentes do Terceiro Setor por meio da internet), para apresentar o trabalho da Escola Aberta. https://escolaaberta3setor.org.br/

Outorga da Medalha Ruth Cardoso, dia 27 de março de 2018, 19 horas, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

E-mail vindo da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, com anexo relativo ao relatório do trabalho realizado nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, de 26 de julho a 16 de setembro de 2016.

Defensoria Pública Do Estado De São Paulo: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM: Ofício nº 52/2018 – consulta a Comesp acerca dos métodos de conciliação de solução





de conflitos, notadamente a conciliação e a mediação, que envolvam direito das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e acabam sendo levadas às Varas de Família.

Comitê Executivo de Implantação da Casa da Mulher Brasileira.

Criação de Varas e Anexos: a) Rio Claro — Ofício nº 38/2018-CP — Expediente CPA 2017/202677 - Instalação do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Rio Claro.

Projeto Fênix — Criação de endereço eletrônico específico para o projeto, para maior facilidade do andamento do projeto, em fase de ajustamento

Projeto de realização de um curso com a parceria da USP.

Realização de seminário "Mulheres no Cárcere" – Doutor Dráuzio Varella.

Proposta de realização de Mutirão de Execução Criminal de Mulheres Presas.

Aferição da possibilidade de inclusão automática de mulheres presas no Sistema da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

Proposta de criação de comunicação direta com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para acompanhamento das execuções.

Capacitação de mulheres encarceradas- desenvolvimento de cursos de formação profissional.

Ofício CNJ 0433426 ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acerca de pesquisa relativa ao atendimento prestado pelo Poder Judiciário às mulheres vítimas de violência doméstica e solicitando cooperação do Tribunal para que as pesquisadoras tenham acesso às Varas.

E-mail da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Doutora Ana Rita de Souza Prata, Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher- NUDEM, solicitando informações acerca de possível renovação do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TJSP e a Defensoria Pública, com validade de cinco anos, cujo prazo expirou em 28 de março de 2018.

Ofício CNJ 0439011 à COMESP, referente a Contribuições para o Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, solicitando colaboração no sentido de divulgar, recolher e encaminhar sugestões que serão colhidas no período de 17 de abril a 11 de maio de 2018.

Ofício 188/2018 da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, especificando as atividades, equipamentos e pessoal a serem alocados na Casa da Mulher Brasileira me solicitando manifestação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Expediente SEMA 40946/2018: Instalação do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Itatiba.

Ciência da Instalação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Campinas, no dia 10 de maio de 2018, às 15 horas.





Solicitação de Varas ou Anexos em curso.

Expediente SEMA 4707/2018: Ofício 797/2017 da Doutora Juliana Ogawa, Assessora Chefe da Casa Civil, encaminhando cópia do Projeto de Lei nº 1076, de 2017, que institui o Programa Família Segura no Estado de São Paulo.

CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE: Definição de data para reunião com os parceiros a fim de elaboração de ofício conjunto ao Governo Federal solicitando a renovação da Campanha.

Ofício nº 38/2018-CP, Expediente CPA 202677/2017, referente à instalação do Anexo de Violência Doméstica contra a Mulher na Comarca de Rio Claro.

Ofício 03/2018- Ministério Público- Vencimento do Convênio com a equipe técnica que atuava junto á Vara de Violência Doméstica e Familiar Leste II, sem previsão de renovação de equipe.

Web Conferência do Projeto Fênix- Definição de datas.

Expediente SEMA nº 2018/40946- Ofício do Juiz de Direito Ezaú Messias dos Santos requerendo a instalação do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Itatiba.

Reunião com Dra. ALINE YAMAMOTO, para atuação em, conjunto com os Membros da Campanha Compromisso e Atitude para a Implementação das Diretrizes de Investigação de morte violenta de mulheres em conjunto com a ONU.

Realização de curso de Formação-Feminicídio com credenciamento pela ENFAM.

E-mail encaminhado pela Doutora CAROLINA MOREIRA GAMA, Juíza de Direito do Anexo de Violência Doméstica de Ribeirão Preto, referente ao quadro deficitário de psicólogos e assistentes sociais naquela Comarca.

Expediente SEMA 54859/2018- Criação do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santo André.

Resolução nº 780/2017 – que dispõe sobre o SANCTVS.

PROJETO FÊNIX – Protocolo para atendimento de vítimas a serem encaminhadas para o Projeto.

Reunião com os Juízes de Juízas dos Anexos e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital e Interior.

E-mail da Sra. Patricia Villela Marino, da Humanitas 360, com intuito de agendamento de reunião para apresentação do Humanitas360 à COMESP, conversar acerca do Projeto Fênix e criação de um campo de adensamento de práticas e discussões do tema Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Acesso à Justiça e efetivação das disposições constantes nos artigos 27 e 28 da Lei Maria da Penha.

Termo de Cooperação Técnica e Projetos em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação.





Projeto Fênix- Programa Apolônias do Bem- Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica.

Projeto Fênix- Ofício do Desembargador GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO, Corregedor Geral da Justiça, solicitando informações sobre o fluxo atual de atendimento entre o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Estado da Saúde e a Turma do Bem, além de outras informações de relevância acerca do desenvolvimento do projeto.

Ofício nº 4761/2018, advindo do Corregedor Geral da Justiça, Desembargador GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO, solicitando a substituição da Doutora Maria Domitila Prado Manssur, Juíza Assessora da Corregedoria, como gestora do Convênio nº 000.077, firmado entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania – (Encaminhamento de vítimas de violência doméstica provenientes das audiências de custódia, para atendimento no Centro de referência e Apoio à Vítima – Cravi, nas dependências do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães.

Ofício nº 05/2018, advindo da Escola Judicial dos Servidores do Tribunal de Justiça – Ejus, instruído com Ofício nº 031/2018, do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Palo – Nudem, consultando sobre a possibilidade desta Coordenadoria promover em parceria com a Ejus e com a Coordenadoria da Área de Direitos Fundamentais da Escola Paulista da Magistratura, uma capacitação técnica com aprofundamento nas temáticas relacionadas à violência doméstica contra a mulher, cujo público-alvo seriam os Oficiais de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo.

OUTUBRO ROSA: Definição de data e palestrante para o evento.

Solicitação de agendamento de reunião com o Corregedor Geral da Justiça e o Presidente do Tribunal de Justiça - assunto: Criação de Varas e Anexos de Violência Doméstica e a necessidade de funcionários e instrumentalização.

Fundação Getúlio Vargas – FGV – Assunto: Possibilidade de elaboração de pesquisa sobre perfil de magistrados e magistradas frente à questões de gênero.

Expediente Dicoge 2013/144797 – Projeto Cartas de Mulheres.

Ofício nº 5584/2018 do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geraldo Francisco Pinheiro Franco, solicitando informações sobre o fluxo atual entre o TJSP e a Secretaria de Estado da Saúde e a Turma do Bem, além de outras informações de relevância do desenvolvimento do Projeto Fênix.

Solicitação da FGV- Faculdade Getúlio Vargas acerca da possibilidade de elaboração de pesquisa sobre perfil de magistrados e magistradas frente à questões de gênero

Curso para Oficiais de Justiça

Projeto de Lei sobre a criação de Varas

Cine-Debate: documentário Legítima Defesa

Ofício nº 170/2018 da Defensoria Pública acerca de dispensa da mulher das audiência de conciliação e mediação e sobre a possibilidade de elaboração de uma norma interna do TJSP, visando orientação a





magistrados para dispensar em audiências de mediação e conciliação, mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Tese de doutoramento " As Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Legislação e nos Depoimentos, defendida em 24/07/2018, pela Sra. Adriana Ferreira Serafim de Oliveira, junto ao IB da Unesp de Rio Claro.

Delegacias de Defesa da Mulheres e Atividades da Polícia Civil

Elaboração de Ofício Conjunto ao Governo Federal solicitando a renovação da Campanha Compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha

Reunião com os (as) juízes (as) das Varas e Anexos especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital e do Interior, para sugestões e metodologias de trabalho.

Competência das Varas de Família e Sucessões e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

SAAB 8.1.4 – Serviço de Permissão de Uso e Convênios- Email com cópias de expedientes despachados pela Presidência, quanto à renovação dos Convênios da Campanha Compromisso e Atitude.

Apresentação da Rede Tear de incentivo ao empoderamento e fortalecimento da mulher.

Comunicado CG 1787/2018 – Roteiro didático de orientação para implementação dos convênios com as Municipalidades para cessão de assistentes sociais e psicólogos.

Solicitação de apoio à COMESP, para o processo de inclusão das pessoas transexuais na Universidade Federal do ABC.

Feminicídio.

Comunicado CG 1787/2018 — Roteiro didático de orientação para implementação dos convênios com as Municipalidades para cessão de assistentes sociais e psicólogos.

Projeto de Lei nº 1076 de 2017 do deputado Coronel Camilo, que institui o Programa Família segura no Estado de São Paulo — Expediente SEMA nº 2018/00004707: Ofício 797/2017 encaminhando cópia do Projeto de Lei.

Apresentação de Projetos do Conselho Nacional de Justiça- Avaliação de risco, apresentados pelo Doutor RODRIGO CAPEZ, Juiz de Direito Titular II da 11º Vara Criminal de São Paulo.

Possibilidade de elaboração de NSCGJ relacionadas à Violência doméstica e familiar contra a mulher.

Organização de evento relacionado ao tema Violência Obstétrica, e de contato com profissionais da saúde com os Juízes e Juízas de Direito para melhor entendimento sobre a questão de abuso sexual e possíveis encaminhamentos.

Repaginação do Portal da COMESP no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.





Boletim da COMESP.

Programa Estadual de Proteção a vítimas e testemunhas — Provita- Realização de reunião conjunta com técnicos e membros da comissão.

Elaboração de mensagem de fim de ano da COMESP.

Cine-Debates em escolas no ano de 2019.

OFÍCIOS:

Foram encaminhados no decorrer do ano de 2018, 11 Ofícios expedidos pela COMESP.

EVENTOS

Abertura do Ano Judiciário e Cerimônia Solene de Posse do Conselho Superior da Magistratura 05/02/2018 – Salão dos Passos Perdidos - Palácio da Justiça, São Paulo

Visita aos Presídios com a Juíza Assessora do Conselho Nacional de Justiça - Dra. Andremara dos Santos 15 e 16/02/2018 — Unidade Prisional de Santana, Penitenciária Feminina da Capital — Carandiru e Centro de Progressão Penitenciária Feminina "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira", no Butantã, São Paulo

Outorga da Medalha Ruth Cardoso ao Projeto Fênix

27/03/2018 – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Auditório Franco Montoro

Entrevista sobre o Projeto Fênix 05/04/2018 – TV Cultura

Encontro Projeto Promotoras Legais Populares 20 Anos

11/04/2018 – Av. Adhemar de Barros, 166 - Centro - São José dos Campos

Reunião Coordenadorias de Violência Doméstica - Conselho Nacional de Justiça

16/04/2018 - Prédio do STF - Gabinete da Presidência

30 Anos GELEDÉS – Violência contra a Mulher e o Projeto PLPs

28/04/2018 – Memorial da América Latina / Biblioteca

Entrevista para o Jornal do SBT sobre o Projeto Fênix

16/05/2018 – Fórum de Santo André – Gabinete 2º Vara Criminal





Encontro Projeto Promotoras Legais Populares 20 Anos – Centro Dandara

06/06/2018 – UNIVAP Campus Castejón - Av. Adhemar de Barros, nº 166 – Centro – São José dos Campos / SP

Homenagem feita pela Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica

14/06/2018 - Palácio da Justiça

Entrevista Rede Novo Tempo

25/07/2018 - Rod. Gen. Euryale de Jesus Zerbine, nº 5876 - Jardim São Gabriel, Jacareí - SP

Congresso Estadual da Mulher Advogada

15/09/2018 – Anfiteatro da Sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Rua Dona Maria Paula, nº 35, São Paulo

I Encontro do Colégio de Coordenadores Estaduais da Mulher – Para fortalecimento e aperfeiçoamento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário 12/11/2018 – Recife / PE

X FONAVID Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 12 a 14/11/2018 – Recife / PE

CURSOS

GRUPO DE TRABALHO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (GT-VID) – Referente ao Comunicado CG nº 105/2018 20/02/2018 – Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, 16º andar, sala 1629 – São Paulo

Curso Depoimento Especial e a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, Vítimas ou Testemunhas de Violência

11/05/2018 - EPM - Rua da Consolação, nº 1483 - 4º andar - São Paulo

Curso Justiça, Gênero e Direitos Humanos das Mulheres Faculdade de Direito da USP – São Paulo – Largo São Francisco, nº 95 – Auditório – São Paulo

Participantes: Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida e Juíza Teresa Cristina Cabral Santana





PALESTRAS

Grupo Reflexivo com Homens

22/08/2018 – Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 148/150 - Auditório do Fórum do Butantã – Sala 116 – São Paulo

Grupo de Acolhida com Mulheres

23/08/2018 – Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 148/150 - Auditório do Fórum do Butantã – Sala 116 – São Paulo

Outubro Rosa – Palestra Câncer de Mama – Cuidado Humanizado no Atendimento às Mulheres – Dra. Ana Flávia Lucas Pires D'Oliveira

18/10/2018 - Sala do Servidor - Fórum João Mendes Jr. - 16º andar - Sala 1629 - São Paulo

SEMINÁRIOS

Workshop para divulgação do Projeto Fênix – Alçando Voo e Aplicativo Juntas

23/03/2018 – Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, 13º andar, sala 1329 – São Paulo

GELEDÉS - Seminário dos 30 Anos

05 e 12/04/2018 – Sesc Vila Mariana – Rua Pelotas, 141, São Paulo

WEB CONFERÊNCIA – TJSP – Secretaria de Estado da Saúde – Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

20/08/2018 — Secretaria de Estado da Saúde — Av. Dr. Arnaldo, 351 — 1º andar (Sala de Situação) — São Paulo

Seminário Elas por Elas – Conselho Nacional de Justiça

20/08/2018 – Sala de Sessões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II-A – Brasília/DF

Capacitação para Oficiais de Justiça relacionada à Violência Doméstica contra a Mulher

07, 12 e 28/11/2018 – Auditório da Escola Judicial dos Servidores – Ejus – Rua da Consolação, nº 1483, 8º andar – São Paulo.





CURSOS COM A PARCERIA DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Curso Depoimento Especial e a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, Vítimas ou Testemunhas de Violência

11/05/2018 - EPM - Rua da Consolação, nº 1483 - 4º andar - São Paulo

Curso Filhos da Violência no Sistema de Justiça

24/05/2018 - EPM - Rua da Consolação 1483 - 4º andar - São Paulo

Curso de Formação Continuada Feminicídio

09/11/2018 – Escola Paulista da Magistratura – Rua da Consolação, nº 1483, São Paulo.

CINE-DEBATE

CINE-DEBATE - Nas Escolas - Precisamos falar com os Homens?

21/08/2018 − Escola Estadual Colombo de Almeida − Rua Graciano Altiério, nº 114, Casa Verde − São Paulo

CINE-DEBATE nas Escolas - Precisamos falar com os Homens?

25/09/2018 – Escola Estadual João Kopke – Alameda Cleveland, nº 331, Campos Elíseos – São Paulo

CINE-DEBATE nas Escolas- Precisamos falar com os Homens?

30/10/2018 — Escola Estadual Prof^a Maria Eugênia Martins — Rua Alarico Franco Caiubi, nº 651 — São Paulo

Cine Debate - Documentário Legítima Defesa

07/12/2018 - Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, 13º andar, Sala 1329 - São Paulo





NOTÍCIAS DA COMESP PUBLICADAS NO PORTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

2018





05/02/2018 – TJSP REALIZA ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO E POSSE SOLENE DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



O Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu hoje (5) a Abertura do Ano Judiciário e a posse solene do Conselho Superior da Magistratura (CSM), biênio 2018/2019. Em cerimônia que lotou o Palácio da Justiça, sede da Corte bandeirante, o presidente do TJSP, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, discursou em defesa da Justiça e da Magistratura. O evento foi prestigiado pelo governador e pelo presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, por ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, por muitos magistrados do TJSP e de outros tribunais do País, e representantes de instituições civis e militares.

Integram o novo CSM, além do presidente, os desembargadores Artur Marques da Silva Filho (vice-presidente), Geraldo Francisco Pinheiro Franco (corregedor-geral da Justiça), José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino (decano) e os presidentes de Seções Getúlio Evaristo dos Santos Neto (Direito Público), Gastão Toledo de Campos Mello Filho (Direito Privado) e Fernando Antonio Torres Garcia (Direito Criminal).

"Nesta posse solene ratifico o juramento que todos os magistrados de nosso País formalizam em suas respectivas posses: prometo cumprir fielmente a Constituição, as leis vigentes e os deveres do cargo", afirmou o presidente Pereira Calças. "No cumprimento do mandato que me foi outorgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça de São Paulo, pretendo exercer a representação e a gestão desta Corte, exclusivamente, à luz dos princípios da Constituição Federal e das Leis de nosso País. Daí porque, assumo o compromisso de defender e lutar com todo o arsenal jurídico, de forma intransigente, corajosa e destemida a regra constitucional inscrita no artigo 99 de nossa Carta da República: a autonomia administrativa e financeira deste Tribunal."

Para o presidente Pereira Calças, o Judiciário tem importante papel a desempenhar no atual panorama do Brasil, que enfrenta dificuldades de ordem econômica e política. "Nós, juízes, intérpretes constitucionais das leis e da própria Carta da República, temos que cumprir nosso juramento institucional de forma plena e independente", lembrou. "É preciso dizer que as três clássicas prerrogativas constitucionais da Magistratura nacional não foram instituídas com o escopo de amparar a pessoa do juiz, mas sim, para proteger e garantir aos cidadãos que, ao invocarem a garantia da tutela jurisdicional, que o exercício da função jurisdicional será prestado de forma livre, independente, desassombrada e sem o temor da interferência ou da pressão de forças econômicas ou políticas esgrimidas pelos poderosos de plantão, que são os inimigos da liberdade, da democracia, do Estado de Direito e do bem estar social e da pátria".

Discursos

A desembargadora Silvia Rocha, que está entre as primeiras mulheres que ingressaram na Magistratura de São Paulo, foi escolhida como oradora em nome do TJSP. Sua oração girou em torno do tema





"respeito". Segundo a magistrada, mais do que simples tolerância, respeito "implica deferência e consideração, admite e reconhece talento, esforço e trabalho. Conduz a convívio que fortalece as pessoas, as instituições, os poderes e a nação. Pressupõe boa vontade, convicção e merecimento".

"Que não esqueçamos que o diferente, mais que tolerância e benevolência, exige respeito", continuou a desembargadora. "Que os ideais sejam atingidos, porque neles não há utopia, apenas preservação dos valores pelos quais prometemos velar, quando decidimos ser juízes. Que o nosso presidente e o novo Conselho Superior da Magistratura conduzam o Tribunal de São Paulo e as mulheres e o homens que o integram com segurança e determinação, para bem servir à Justiça."

Na sequência fez uso da palavra o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção São Paulo, Marcos da Costa. Ele destacou que 2018 será um ano de desafios. "Chegamos a um momento de grandes definições: ou o País caminha em direção ao futuro ou continuará amarrado às raízes do passado", falou. "A advocacia estará mais uma vez sustentando os valores éticos, à frente da vanguarda social, esclarecendo e orientando a população."

O procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Poggio Smanio, trouxe a palavra de apoio dos integrantes do Ministério Público de São Paulo. "Compete a todos nós, que escolhemos o Direito como forma de expressão do nosso respeito pela sociedade continuar zelando para que a Justiça seja distribuída à coletividade de nosso Estado", ressaltou ele. "Contar na Presidência do Tribunal com uma personalidade da estirpe do desembargador Manoel Pereira Calças é um alento para todos nós que temos a Justiça como um ideal", concluiu. "O seu êxito é o nosso êxito e o nosso êxito será o êxito de toda a sociedade paulista, a que temos a honra de servir."

"Sem Justiça não há democracia", disse o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado estadual Cauê Macris. "Continuemos vigilantes, defendendo a atuação do Poder Judiciário", conclamou.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, destacou que, mesmo com os Poderes sendo independentes entre si, é preciso que sejam harmônicos na busca pelo bem comum. Como exemplo de bons resultados obtidos em parcerias entre Executivo e Judiciário, ele destacou a realização das audiências de custódia, a instalação do Acessa SUS, e a implementação das teleaudiências criminais. O governador lembrou, também, que a atual crise "não é a primeira e certamente não será a última". Nesse contexto, ressaltou os 40 anos de experiência do desembargador Pereira Calças: "Nosso Tribunal não poderia estar em melhores mãos".

Em nome do Supremo Tribunal Federal (STF), fez uso da palavra o ministro Enrique Ricardo Lewandowski. Ele saudou os integrantes do CSM e sublinhou que são "magistrados de carreira, com muita experiência, dedicados de corpo e alma a nobilíssima função judicante". "O presidente Pereira Calças é um líder", afiançou Lewandowski, "que juntamente com os demais está à altura da difícil quadra histórica por que passamos".

O discurso do presidente Pereira Calças encerrou a solenidade. Completaram a mesa de honra dos trabalhos os ministros do STF Alexandre de Moraes; o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha; o prefeito de São Paulo, João Dória; o deputado federal Arnaldo Faria de Sá, representando o presidente da Câmara; os ex-presidentes do TJSP desembargadores Sergio Augusto Nigro Conceição, Celso Luiz Limongi, José Renato Nalini (atual secretário de Estado da Educação), e Paulo Dimas de Bellis Mascaretti.

Também prestigiaram a posse o comandante do Comando Militar do Sudeste, general de Exército João Camilo Pires de Campos; o comandante do Comando Geral de Apoio (COMGAP), tenente brigadeiro do Ar Paulo João Cury; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Dias de Moura Ribeiro; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Luiz Phelippe Vieira de Mello; os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Arnaldo Hossepian e Henrique Ávila; o presidente da Câmara de São Paulo, vereador Milton Leite; o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Otávio Leão Praxedes; o presidente, em exercício, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, desembargador Julizar Barbosa Trindade; o vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador Mairan Gonçalves





Maia Júnior; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, desembargador Fernando da Silva Borges; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Renato Martins Costa; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin; o presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, conselheiro João Antônio da Silva Filho; o procurador-geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos; os ministros do STJ Massami Uyeda, Sidnei Agostinho Beneti e Rubens Ricupero; os corregedores-gerais da Justiça, desembargadores José Cruz Macedo (Distrito Federal e Territórios), Iolanda Santos Guimarães (Sergipe), Walter Carlos Leme (Goiás), desembargadora Maria Aparecida Ribeiro (Mato Grosso), desembargador Claudio de Mello Tavares (Rio de Janeiro); o presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, juiz Paulo Prazak; o vice-presidente e corregedor do TRE-SP, desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior; o defensor público-geral de São Paulo, Davi Eduardo Depiné Filho; o ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador Newton de Lucca; os secretários de Estado Márcio Fernando Elias Rosa (Justiça e Defesa da Cidadania), Mágino Alves Barbosa Filho (Segurança Pública), Lourival Gomes (Administração Penitenciária), Marcos Antônio Monteiro (Planejamento e Gestão), Paulo Gustavo Maurin (Esporte, Lazer e Juventude), coronel PM Helena Reis (chefe da Casa Militar e coordenadora de Defesa Civil do Estado de São Paulo); o corregedor-geral da Administração do Estado de São Paulo, Ivan Francisco Pereira Agostinho; os deputados estaduais Itamar Borges e Orlando Bolçone; o comandantegeral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel PM Nivaldo César Restivo; o delegado-geral de Polícia do Estado de São Paulo, Youseff Abou Chahin; o diretor da Escola Paulista de Magistratura, desembargador Antônio Carlos Villen; o presidente da Academia Paulista de Magistratura, desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro; o presidente da Associação Paulista de Magistrados, juiz Fernando Figueiredo Bartoletti; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, juiz Jayme Martins de Oliveira Neto; a presidente do Instituto Paulista de Magistrados, juíza Hertha Helena Rollemberg Padilha de Oliveira; o presidente da Associação Paulista do Ministério Público, José Oswaldo Molineiro; o vice-presidente do TJSP no biênio 2018/2019, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; os ex-presidentes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo desembargadores Mário Devienne Ferraz e Antônio Carlos Mathias Coltro; o ouvidor do TJSP, desembargador Mohamed Amaro; o corregedor-geral do Ministério Público, procurador de Justiça Paulo Afonso Garrido de Paula; o excorregedor-geral da Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Antonio Carlos Munhoz Soares; o reitor da Universidade de São Paulo (USP), professor Vahan Agopyan; o pró-reitor de cultura e relações comunitárias da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desembargador Antônio Carlos Malheiros, representando a reitora; o diretor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, professor Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto; os ex-presidentes de Seção do TJSP desembargadores Ricardo Mair Anafe (Direito Público) e Fernando Antonio Maia da Cunha (Direito Privado); o prefeito do São José do Rio Preto, Edinho Araújo; o conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil Arnaldo Wald Filho, representando o presidente; o presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, Luiz Périssé Duarte Júnior; o presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro; o secretário municipal de Justiça, Anderson Pomini; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Sergio Ricardo Moretti; o chefe da Assessoria Policial Civil do TJSP, delegado Fábio Augusto Pinto; o procurador-geral do Município de São Paulo, Ricardo Ferrari Nogueira; a secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Eloisa Arruda; o bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo Dom Carlos Lema Garcia, representando o arcebispo metropolitano; o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, Claudio Marçal Freire; o vice-presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP, Antonio Carlos Mourão Benetti; o decano da Associação Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; e o vice-prefeito de Santa Barbara D'Oeste, Rafael Provezan, representando o prefeito; desembargadores, juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, familiares dos integrantes do CSM e servidores.





19/02/2017 – MAGISTRADA DO CNJ VISITA PENITENCIÁRIAS PARA AVALIAR SITUAÇÃO DE GRÁVIDAS E LACTANTES



A juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Andremara dos Santos visitou, na última quinta-feira (15), as penitenciárias femininas de Santana e da Capital – Carandiru, como parte do programa de implementação da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no Poder Judiciário. O objetivo foi analisar as condições das presas gestantes e lactantes dessas unidades. Ela esteve acompanhada da desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida e das juízas Camila de Jesus Mello Gonçalves (assessora da Presidência), Maria Domitila Prado Manssur (assessora da Corregedoria Geral da Justiça) e Teresa Cristina Cabral Santana (2ª Vara Criminal de Santo André).

Na unidade prisional de Santana – um prédio histórico, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo – , a comitiva foi recebida pelo diretor, Maurício Guarnieri, acompanhado do coordenador das unidades prisionais da Região Metropolitana, Antonio José de Almeida, e do diretor regional da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo (Coremetro), Elber Giovani Codognatto. A penitenciária abriga mulheres no regime fechado, com presas provisórias e condenadas.

A magistrada do CNJ percorreu os espaços destinados às gestantes, conheceu suas atividades e verificou as instalações de atendimento à saúde da unidade. Além de seis médicos concursados, uma equipe multidisciplinar e o médico Drauzio Varella, que presta serviço voluntário, a penitenciária mantém convênio com o Hospital Penteado, local em que os partos são realizados. Ela conversou com as dez grávidas ali custodiadas para conhecer a realidade de cada uma.

Segundo a magistrada, por determinação da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministra Cármem Lúcia, foi criado o Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, que tem a finalidade de gerar um registro contínuo da quantidade de mulheres nessa situação em todo o País. Esse cadastro permite saber onde estão as custodiadas, a situação dos processos e a idade dos bebês. "Precisamos ter uma perspectiva de gênero, voltada para essa condição peculiar que a mulher tem", disse.

Em seguida, os visitantes foram à Penitenciária Feminina da Capital — Carandiru, que abriga também a Unidade Materno-Infantil. Eles foram recebidos pela diretora, Ivete Barão de Azevedo Halasc, e sua equipe. Lá, a juíza também visitou as instalações do prédio e conversou com as lactantes. O local abriga 43 bebês, que ficam em ambientes diferenciados, equipados com camas para as mães, berços e banheiros exclusivos para as crianças. Também há oficinas pedagógicas e brinquedotecas. Ao completarem seis meses de idade, os bebês são encaminhados para as famílias das presas a fim de que sejam cuidados fora do ambiente prisional.

Além do atendimento médico convencional (médicos, psiquiatra, dentistas e assistentes sociais concursados), a unidade conta com médicos da Organização Não Governamental Casa Assistencial do Amor e Misericórdia (Obreiros). Também fazem trabalho social no local a Ordem os Advogados do Brasil





(OAB) e o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). Nessa penitenciária permanecem mulheres presas no regime fechado – provisórias e condenadas.

Na sexta-feira (16), Andremara dos Santos visitou o Centro de Progressão Penitenciária Feminino "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira", no Butantã. A diretora técnica Rosângela dos Santos Silva de Souza e o juiz do Departamento de Execuções Criminais (Decrim) José Fabiano Camboim de Lima explicaram o funcionamento da unidade, que mantém somente reeducandas em regime semiaberto.

Na oportunidade, a juíza conheceu todo o prédio e conferiu a situação de cada custodiada. No total, são doze gestantes e nove lactantes, que ficam na "Casa Mãe", um ambiente no qual permanecem as mulheres grávidas e as mães, com seus respectivos bebês. Elas têm acompanhamento médico, pré e pósnatal, além de atendimento psicológico e de assistentes sociais. Os partos são realizados na Maternidade Sarah e a Organização Não Governamental Cruz de Malta faz um trabalho social na unidade.

De acordo com a juíza do CNJ, a violência contra a mulher não é apenas doméstica, mas também institucional. "Esse também é o nosso foco", afirmou. "Não é ideal que crianças nasçam em locais inadequados e que mulheres grávidas tenham tratamento que não seja aquele dispensado pela lei, de acordo com as peculiaridades de sua situação", completou.

O CNJ está visitando unidades prisionais femininas de todos os Estados, com a finalidade de avaliar as condições de encarceramento de mulheres grávidas e lactantes, buscar possíveis soluções para os problemas encontrados e contribuir para um tratamento digno a esse público.





01/03/2018 – TJSP PARTICIPA DA CAMPANHA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA"



O Judiciário paulista adere, mais uma vez, à campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa", inciativa do Conselho Nacional de Justiça que busca promover, em âmbito nacional, ações concentradas para agilizar audiências e julgamentos de casos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher. A 10ª edição da campanha acontece entre os dias 5 e 9 de março.

O objetivo da ação é promover atividades e demonstrar o comprometimento do Poder Judiciário no combate à violência contra a mulher e o desenvolvimento de uma cultura de não violência. Durante a semana, juízes das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, assim como do Júri, designarão o maior número possível de audiências relacionadas ao tema, antecipando as pautas, se necessário. Além do mutirão, serão realizadas palestras, seminários, oficinas, campanhas de esclarecimento e fortalecimento de parcerias e redes de proteção à mulher. Confira a programação:

6/3 – Ribeirão Preto – 9 horas - Palestra preventiva sobre a Lei Maria da Penha aos alunos do Ensino Médio. Palestrante: assistente social judiciário Marta Aparecida Teixeira de Souza Melo, integrante da Equipe Técnica do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Local: Escola Estadual Professora Amélia dos Santos Musa (Rua Espírito Santo, 887, Ipiranga)

6/3 – Itu - Mutirão de audiências relacionadas ao artigo 16 da Lei Maria da Penha, sob a presidência da juíza Andrea Ribeiro Borges

7/3 – Capital – Região Oeste - 11 horas - Reunião do projeto "Cá entre Nós – Acolhida Homens"

7/3 – Itu - Mutirão de audiências relacionadas ao artigo 16 da Lei Maria da Penha, sob a presidência da juíza Andrea Ribeiro Borges

8/3 – Capital – Região Oeste - 11 horas - Reunião do projeto "Cá entre Nós – Acolhida Homens"

8/3 — Ribeirão Preto - 9 às 11 horas - Capacitação em Educação Sistêmica dos funcionários e estagiários que atendem no Anexo. Palestrante: constelador sistêmico Gutemberg Fernandes

Participantes: juíza do Anexo, Carolina Moreira Gama; representantes do projeto "Mulheres do Brasil"; delegada de polícia da DDM, Luciana Camargo; demais interessados no tema. **Local:** Rua José Aissum, 820 – Castelo Branco Novo

Inauguração do projeto "Educação Sistêmica Familiar destinada a Homens que praticaram Violência Doméstica". Participantes: juíza Carolina Moreira Gama; delegada Luciana Camargo, integrantes do Ministério Público e autoridades locais. Local: Rua José Aissum, 820 – Castelo Branco Novo.

19 horas - Palestra preventiva sobre a Lei Maria da Penha aos alunos do 4º Ano da Faculdade de Psicologia. Palestrante: psicóloga judiciário Fernanda Pizeta, integrante da Equipe Técnica do Anexo. Local: Faculdade UNIP (Av. Carlos Consoni, 10 – Jardim Canadá)

8/3 – Itu - Concentração de audiências de instrução, debates e julgamentos de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher





8/3 – Serra Negra - 14 horas - Lançamento do Projeto "Ronda Maria da Penha", para fiscalização das medidas protetivas de urgência deferidas pelo Poder Judiciário, para proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na comarca. Entre as ações do programa está a inclusão do número de telefone da vítima na agenda do telefone da Guarda Municipal, exclusivo do projeto, destinado a receber mensagens em caso de iminência de descumprimento da medida protetiva. Local: Salão do Júri do fórum local - Praça Barão do Rio Branco , 71 - Centro

9/3 — Ribeirão Preto - 9 horas - Palestra sobre a Lei Maria da Penha a vinte mulheres custodiadas, inscritas em programa da Defensoria Pública com o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — Campus Ribeirão Preto. Palestrantes: juíza Carolina Moreira Gama, juntamente com o Najurp. Local: Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto (Rua Alfredo Condeixa, 1666 — Parque Ribeirão)

9/3 – Capital – Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - 14 horas. Palestra "Aprendendo a me gostar e impedir a doença da palavra". Palestrante: Albertina Duarte Takiuti, médica coordenadora estadual de Políticas Públicas para Mulheres do Estado de São Paulo. Local: Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães – Plenário 10 (Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313 – Barra Funda)

22/3 – Capital – Região Leste 1 - 13h15 - Roda de conversa sobre o tema "O avanço da participação das mulheres nos espaços públicos", com palestra das psicólogas Renata Granusso Bonin e Juliana Silveira Camargo, do "Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde". A abertura do evento contará com a presença da juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 1, Tatiana Vieira Guerra, e conduzido pela equipe técnica da unidade. Local: Auditório do 2º andar do Foro Regional da Penha (Rua Dr. João Ribeiro, 433 – Penha de França).

12/03/2018 – "SEMANA PELA PAZ EM CASA": VARAS DA CAPITAL PROMOVEM EVENTOS



Na última semana – de 5 a 9 de março – o Judiciário paulista aderiu à 10ª edição da campanha nacional "Justiça pela Paz em Casa", inciativa do Conselho Nacional de Justiça com ações concentradas para agilizar audiências e julgamentos de casos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher. Diversas comarcas promoveram ações para o desenvolvimento de uma cultura de não violência e igualdade de gêneros. Na Capital, as varas das regiões Central, Sul e Oeste também realizaram palestras, seminários, oficinas e fortalecimento de parcerias e redes de proteção à mulher.

Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

A unidade, localizada no Foro Regional do Butantã, promoveu na quinta-feira (8) um encontro do projeto "Cá entre Nós", dirigido a 27 mulheres envolvidas em inquéritos policiais, ações penais e medidas





protetivas que tramitam na vara. As participantes foram recebidas pela juíza Rafaela Caldeira Gonçalves, que falou sobre a Lei Maria da Penha e suas implicações. A magistrada também abordou aspectos da violência doméstica, suas consequências e impactos na vida das mulheres na sociedade e apresentou os canais oferecidos pelo Judiciário para atendimento a casos de agressão. Ao final do encontro, respondeu às perguntas das participantes.

A assistente social Viviane Costa Carvalho Marques também conversou com as mulheres sobre questões de gênero e violência, apresentou o trabalho da equipe técnica da vara, entregou cartilhas sobre o tema e convidou as mulheres a fazerem parte do grupo reflexivo, que terá 12 encontros em que serão discutidos temas relativos à violência doméstica.

No dia anterior, o projeto "Cá entre Nós" recebeu homens que são réus em processos de agressão em trâmite na Vara. O objetivo é estimular a reflexão e relações igualitárias, além de prevenir novos episódios de violência.

Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar da Região Central

O Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães (Barra Funda) recebeu na sexta-feira (9) o encerramento dos eventos realizados pelo TJSP na 10ª edição da Campanha Nacional "Justiça pela Paz em Casa". A programação ressaltou o compromisso do Poder Judiciário paulista no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A médica ginecologista Albertina Duarte Takiuti proferiu palestra com o tema "Aprendendo a me gostar e impedir a doença da palavra", direcionada a mulheres que sofreram algum tipo de violência. Também participaram magistradas, promotoras, defensoras públicas, servidoras do judiciário e representantes de instituições envolvidas no combate à violência doméstica e familiar conta a mulher. A abertura ficou a cargo da juíza da Vara Central, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, que apresentou a palestrante e ressaltou seu trabalho no resgate da autoestima de vítimas. A coordenadora do Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), Cristiane Pereira, também fez uso da palavra e parabenizou o Judiciário paulista pelo trabalho no combate à violência contra a mulher, assim como agradeceu pelo apoio que o TJSP tem oferecido ao Cravi, que funciona no dentro do fórum.

Ao desenvolver o tema de sua palestra, Albertina Takiuti enfatizou a importância de as mulheres aumentarem cada vez mais a autoestima, para que possam romper uma cadeia cultural e comportamental de anos, na busca da verdadeira igualdade de direitos. Destacou a importância de uma mulher se valorizar em todas as fases da vida, de se cuidar e de ter um tempo para si.

Também estavam presentes o assessor da deputada federal Keiko Ota, Issao Hoshino; a capitã PM Aline Cassola Soler Jesuíno e o soldado Flavio Ricardo Tenório, da Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Vara da Região Sul 2 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Durante a semana e até meados de março a vara, localizada no Foro Regional de Santo Amaro, fará triagens e entrevistas pessoais com os réus que manifestarem interesse em participar do grupo reflexivo 'Cá entre Nós', bem como fará encaminhamentos para a rede. A coordenação do programa é da juíza Ana Paula Gomes Galvão Vieira de Moraes e os trabalhos são conduzidos pelas psicólogas do setor técnico Michelle F. Lingiardi, Ligia Pagliuso e Eliane Campos Lerose.

Vara da Região Leste 1 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

No dia 22 o Foro Regional da Penha receberá a roda de conversa com o tema "O avanço da participação das mulheres nos espaços públicos". O evento terá palestra das psicólogas Renata Granusso Bonin e Juliana Silveira Camargo, do "Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde", e participação da juíza da unidade, Tatiana Vieira Guerra. Endereço: Rua Dr. João Ribeiro, 433 – Penha de França.





18/03/2018 – PROJETO FÊNIX OFERECE TRATAMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO



23/3 | 10h às 12h

Reparação estética, ortopédica e odontológica, de graça, para vítimas de violência doméstica e de gênero: os procedimentos estão previstos no "Projeto Fênix – Alçando Voo", uma parceria do Tribunal de Justiça de São Paulo com a Secretaria de Estado da Saúde e a ONG Turma do Bem, que existe desde 2016. O encaminhamento da paciente ao programa é feito por juízes, integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, além das delegacias de polícia.

A novidade é que agora as vítimas também podem solicitar a reparação das lesões ocasionadas por agressões diretamente na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) pelo e-mail comesp@tjsp.jus.br.

"Na violência de gênero, sabemos que os alvos preferenciais dos agressores são rosto, seios, tórax e região genital, com sequelas severas e graves, que muitas vezes comprometem a função de órgãos (visão, audição, mastigação). Marcas visíveis que, além de vincular a vítima ao sofrimento, acarretam evidente constrangimento e dificultam a reinserção familiar, social e no mercado de trabalho", explica desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Comesp.

Evento

Para ampliar o acesso e divulgação do Projeto Fênix, o TJSP realizará um workshop na próxima sexta-feira (23), às 10 horas, no 13º andar do Fórum João Mendes Júnior (sala 1329). O evento é aberto ao público e não há necessidade de inscrição prévia.

As palestras explicarão o fluxo de atendimento e falarão sobre a importância do programa para o resgate da autoestima da mulher vítima de violência. As apresentações estarão a cargo das médicas Albertina Duarte Takiuti e Sylmara Berger Del Zotto, das secretarias estaduais da Justiça e da Saúde, respectivamente; de Antônio Carlos dos Santos Filho, webdesigner do aplicativo "Juntas", utilizado para alertas em situações de perigo; e de Fernando Santos, diretor do projeto "Apolônias do Bem", que realiza os atendimentos odontológicos.





23/03/2018 – WORKSHOP ABORDA PROJETO FÊNIX, DIRECIONADO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



O Tribunal de Justiça de São Paulo realizou hoje (23) workshop para divulgação do Projeto Fênix – Alçando Voo e do aplicativo Juntas. O evento, aberto ao público, aconteceu no Fórum João Mendes Júnior, na Capital paulista. O "Fênix" prevê reparação estética, ortopédica e odontológica, de graça, para vítimas de violência doméstica e de gênero. Já o aplicativo possibilita que mulheres em situação de perigo enviem, pelo celular, um pedido de socorro a pessoas previamente cadastradas, que recebem, por mensagem, a exata localização da vítima. As palestras também abordaram a importância do resgate da autoestima de mulheres vítimas de violência.

Na abertura do evento, a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), parabenizou a juíza assessora da Corregedoria Geral de Justiça Maria Domitila Prado Manssur pela inciativa na criação do Projeto Fênix, em 2016. Também destacou o empenho da vice-coordenadora da Comesp, Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, e da juíza da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante. "Na violência de gênero, sabemos que os alvos preferenciais dos agressores são rosto, seios, tórax e região genital, com sequelas severas e graves, que muitas vezes comprometem a função de órgãos. Marcas visíveis que, além de vincular a vítima ao sofrimento, acarretam evidente constrangimento e dificultam a reinserção familiar, social e no mercado de trabalho", afirmou a desembargadora Angélica Almeida.

A primeira palestrante do workshop foi a socióloga Amanda Monteiro Andrade, da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Turma do Bem, fundada em 2002 pelo cirurgião-dentista Fábio Bibancos. Ela apresentou o trabalho da Oscip, que também atende crianças e jovens carentes para tratamentos odontológicos pelo projeto "Dentista do Bem", além do programa "Apolônias do Bem", direcionado às vítimas de violência. "Desde 2012, quando começou a ser desenvolvido, já atendemos 750 mulheres em todo o Brasil", contou. Também foi apresentado um vídeo com depoimentos de pacientes que tiveram suas vidas transformadas pelo tratamento odontológico. "Depois que recuperam a dentição, a primeira coisa que essas mulheres fazem é passar o batom e arrumar o cabelo, pois a autoestima é reconstruída", destacou.

O webdesigner Antonio Carlos Santos Filho falou sobre o "Juntas". Ele destacou que, com o uso do aplicativo, mulheres expostas à violência doméstica constroem uma rede pessoal de proteção. O Juntas (PLP 2.0) está disponível para celulares com o sistema Android ou em IPhone. "Qualquer pessoa pode baixar. É um importante instrumento da tecnologia que pode proteger mulheres em situação de violência", afirmou.

A médica Sylmara Berger Del Zotto, assistente técnica do Gabinete da Secretaria de Saúde, abordou a importância das redes de proteção para vítimas e o atendimento multidisciplinar em todo o Estado. "Em





2018, nossa proposta é ampliar cada vez mais a rede de atendimento", ressaltou. Com uma apresentação leve e bem-humorada, a médica Albertina Duarte Takiuti, coordenadora de Políticas Públicas da Mulher de São Paulo e do Programa Saúde do Adolescente, da Secretaria Estadual da Saúde, apontou que a emoção não se rompe apenas pela lei, ela se rompe pelo empoderamento. "É preciso mudar o foco de como a sexualidade é passada para os adolescentes. Ao invés de discutir os anticoncepcionais, é preciso discutir também os relacionamentos, as emoções e o dia a dia dos jovens", esclareceu. Segundo a especialista, "o medo de não agradar, principalmente nas meninas, faz com que aceitem migalhas de afeto e carinho". "A preparação delas acontecerá se a sociedade insistir na discussão por meio de grupos profissionais ou espaços de convivência e participação com o adolescente. É preciso acolher essas jovens, aumentar sua autoestima e descontruir a violência para tentar diminuir novos casos. As boas práticas acontecem quando todas nós damos as mãos; todas as sobreviventes e multiplicadoras do empoderamento pelo fim da violência contra as mulheres no Brasil", encerrou.

Também prestigiaram o encontro a juíza da 2ª Vara Criminal de Santo André e integrante da Comesp, Teresa Cristina Cabral Santana; o juiz da Vara da Região Leste 3 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Mário Rubens Assumpção Filho; a juíza da Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, Rafaela Caldeira Gonçalves; Viviane Crespi, da Turma do Bem; a vicepresidente do Geledés Instituto da Mulher Negra, Juciara Almeida Souza; a senhora Virgínia Lazzarini; servidores e público em geral.

Projeto Fênix – Alçando Voo

O Projeto Fênix é uma parceria do Tribunal de Justiça de São Paulo, com a Secretaria de Estado da Saúde e a Oscip Turma do Bem, que existe desde 2016. O encaminhamento da paciente ao programa é feito por juízes, integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, além das delegacias de polícia. A novidade é que agora as vítimas também podem solicitar a reparação das lesões ocasionadas por agressões diretamente na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) pelo e-mail comesp@tjsp.jus.br.





28/03/2018 – JUDICIÁRIO PAULISTA É HOMENAGEADO PELO CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA



O Conselho Estadual da Condição Feminina promoveu ontem (27) a solenidade de entrega da Medalha Ruth Cardoso, galardão que homenageia pessoas e projetos que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres. Entre os agraciados no evento, realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), está o 'Projeto Fênix', iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Turma do Bem, que viabiliza a reparação estética, ortopédica e odontológica gratuita para vítimas de violência doméstica e de gênero. Na mesma ocasião, a desembargadora Kenarik Boujikian também foi homenageada por sua atuação na Justiça. A presidente do Conselho, Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, agradeceu o trabalho das homenageadas em prol das mulheres. "Estamos aqui para dizer 'não' à violência contra as mulheres", afirmou. Também foram condecoradas a deputada estadual Analice Fernandes, a professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Eunice Aparecida de Jesus Prudente, a médica ginecologista Fátima Duarte e a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região Sônia Aparecida Costa Mascaro Nascimento. A vice-coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, representou o presidente do TJSP, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças. Ela trouxe mensagem de agradecimento a todas as magistradas, advogadas, ativistas, voluntárias, médicas, servidoras públicas e cidadãs pelos esforços empreendidos. A juíza Maria Domitila Prado Manssur recebeu a medalha em nome do Projeto Fênix. "A reparação estética e odontológica pode amenizar o sofrimento das vítimas de violência", afirmou a magistrada. Segundo ela, a iniciativa surgiu da vontade de "acompanhar essas mulheres antes e depois do processo". "Essa medalha é da Comesp e do TJSP", ressaltou. O encaminhamento das pacientes ao programa é feito por juízes, integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, delegacias de polícia, e pelas próprias vítimas, que procuram a Comesp. Desde 2012 o projeto já atendeu mais de 750 mulheres em todo o País. "É muito doloroso todos os dias abrir um processo que é papel, mas que tem histórias. É duro recolher o corpo das mulheres mortas pela violência doméstica, pelo feminicídio. É duro ver nos processos as dores pelas quais passam as mulheres, marcadas pela violência dos homens", discursou a desembargadora Kenarik Boujikian, que teve reconhecida sua trajetória na defesa dos direitos das mulheres. Também prestigiaram a solenidade a coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida; a 2ª vice-presidente da Alesp, deputada estadual Maria Lúcia Amary; a juíza integrante da Comesp e atual coordenadora do Projeto Fênix, Teresa Cristina Cabral Santana; a presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção São Paulo, Kátia Boulos, representando o presidente; a vereadora Adriana Ramalho; o chefe de gabinete da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Leonardo de Moraes Barros; a coordenadora de Políticas para a Mulher do Estado de São Paulo, Albertina Duarte Takiuti; e a coordenadora do Departamento de Políticas para a Mulher da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Gislaine Caresia.





16/04/2018 - TJSP PARTICIPA DE REUNIÃO COM MINISTRA CÁRMEM LÚCIA, NO STF



A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, reuniu-se, ontem (16), na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, com os presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, entre eles o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças.

Também participou do encontro, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha que, no mês passado, conduziu inspeção ordinária do CNJ no TJSP. Na oportunidade, o corregedor elogiou o trabalho do Judiciário paulista, citando como exemplos a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), conhecida como "Cartório do Futuro", as recentes instalações das varas especializadas em Direito Empresarial e o trabalho do Departamento de Execução de Precatórios (Depre). A ministra Cármen Lúcia destacou que os números em São Paulo são sempre impressionantes e que o TJSP tem se destacado nas medidas que buscam eficiência.

Do encontro, também participaram os desembargadores Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo/Comesp) e Luiz Antonio Cardoso (coordenador adjunto do Grupo de Monitoramento e Fiscalização/GMF) e os juízes assessores da Presidência do TJSP Maria Rita Rebello Pinho Dias (Tecnologia, Gestão e Contratos/TGC) e (Leandro Galluzzi dos Santos (Gabinete Civil). Durante o encontro, os presidentes dos Tribunais assinaram o Termo de Cooperação Técnica junto ao CNJ, formalizando a criação do Cadastro Nacional de Presos, assim como a alimentação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), que permitirá ao Judiciário iniciar mutirões nos Estados para analisar os processos de presos provisórios e dos que já cumprem penas. Segundo o CNJ, os mutirões serão feitos a partir de informações extraídas do banco de dados e receberão suporte do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ. A ideia é que, quando concluído o trabalho, os processos de todos os réus do país sejam revistos. De acordo com a ministra, "os mutirões serão auto-organizados pelos Tribunais de Justiça dos Estados".

Pereira Calças informou que, em São Paulo, há mais de 320 mil guias e mandados a serem cadastrados e que devem ter os dados tratados. "Sem prejuízo, os novos mandados (em torno de 38 mil) já estão inclusos no BNMP." Também se discutiu o cumprimento de decisões relativas às ações de saúde e problemas que afligem Tribunais específicos — como o de Roraima, no tocante aos refugiados venezuelanos.

Comunicação Social TJSP - RS (texto - com informações e fotos Site CNJ)





25/04/2018 – GRUPO DE TRABALHO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA REALIZA SEGUNDO ENCONTRO



A Escola Judicial dos Servidores (EJUS), em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), promoveu ontem (24) o segundo encontro do Grupo de Trabalho sobre Violência Doméstica (GT-VID), com palestras sobre gênero, racismo e violência de gênero. O GT-VID é iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça, criado para qualificação técnica de assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O primeiro dos dez encontros previstos do GT-VID ocorreu em 20 de fevereiro, com a videoconferência "Aspectos psicossociais e jurídicos da violência doméstica e familiar contra a mulher", ministrada pela juíza da Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, pela psicóloga da Comarca de Araçatuba Cassia Regina de Souza Preto e pela assistente social da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Leste I, Ilka Custodio de Oliveira.

Nesta terça-feira (24) foram realizadas as palestras do segundo encontro, acompanhadas por 440 inscritos na modalidade a distância e 30 funcionários que estiveram presentes na Sala do Servidor, no Fórum João Mendes Júnior.

Na abertura, a juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), apresentou as palestrantes: Wania Pasinato, mestre e doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, especialista em gênero, violência, justiça criminal e políticas públicas de enfrentamento a violências contra mulheres; e Claudia Patricia de Luna, advogada atuante na defesa e garantia das mulheres em situação de violência doméstica.

Wania Pasinato apresentou histórico de construções sociais referentes à mulher ao longo dos séculos: submissão à figura masculina; inferioridade física e emocional em relação ao homem; obrigação de cuidar da casa e dos filhos etc. Segundo a palestrante, tais construções sociais são as verdadeiras causas da violência doméstica, pois se constituem de estereótipos e conceitos criados e incutidos na sociedade de modo a perpetuar as relações de poder e de controle dos homens sobre as mulheres. "Precisamos pensar em como agir para estabelecer mecanismos mais igualitários dentro desta estrutura patriarcal que existe e que não vai acabar tão cedo", concluiu.

A advogada Claudia Luna explicou a relação existente entre racismo e violência doméstica, asseverando que não é possível desconsiderar o longo período de escravidão ocorrido no País e a marginalização dos negros após a abolição da escravatura. Segundo a advogada, a marginalidade a que as mulheres negras foram submetidas no período pós-abolição as lançou à prostituição, o que reforçou estereótipos que contribuem para que a violência doméstica seja ainda maior entre mulheres negras. Para Claudia Luna, faz-se necessário o questionamento de todos estes estereótipos. "É a partir da construção sociocultural que o feminismo negro chega para dizer que essas negras têm voz e devem continuar a resistir e persistir."

Em seguida, o público esclareceu dúvidas com as palestrantes, que, ao final, receberam certificado de participação.





18/05/2018 – PROJETO FÊNIX, DO TJSP, É DESTAQUE NA MÍDIA



O Projeto Fênix, parceria do Tribunal de Justiça de São Paulo com a Secretaria de Estado da Saúde e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Turma do Bem, que viabiliza cirurgias reparadoras para vítimas de violência doméstica e de gênero, foi tema de matéria exibida no Jornal do SBT na última quarta-feira (16).

Lançado em 2016, o projeto prevê procedimentos gratuitos de reparação estética, ortopédica e odontológica para vítimas de violência doméstica e de gênero. O encaminhamento da paciente ao programa é feito por juízes, integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, além das delegacias de polícia. As vítimas também podem solicitar a reparação das lesões ocasionadas por agressões diretamente na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp).

A juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da Comesp, foi uma das entrevistas e ressaltou que a violência de gênero é um crime violento e perverso. "Uma percepção comum nesses crimes é que eles tendem a acabar ou diminuir a autoestima da mulher de uma tal forma que ela não consegue reconstruir a vida", afirmou a magistrada.

A reportagem apresenta ainda casos de vítimas de violência de gênero que participaram do "Fênix" e entrevista com a dentista voluntária Silvia Barella.

Projeto Fênix - Alçando Voo

Reparação estética, ortopédica e odontológica, de graça, para vítimas de violência doméstica e de gênero.

Pedidos de encaminhamento pelo e-mail comesp@tjsp.jus.br ou telefones (11) 2171-4807 / 3104-5521.





24/05/2018 – CURSO "FILHOS DA VIOLÊNCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA" TEM INÍCIO NA EPM



A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Edepe) e com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP), iniciou, no último dia 24, o curso Filhos da violência no Sistema de Justiça, ministrado para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça e para servidores do Ministério Público e da Defensoria Pública, sob a coordenação da juíza Teresa Cristina Cabral Santana.

A aula inaugural, "Abuso sexual – análise de uma médica legista", foi proferida pela médica Mariana da Silva Ferreira, com mesa de trabalhos composta pela juíza Rafaela Caldeira Gonçalves, integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp); pela promotora de Justiça Valéria Diez Scarance Fernandes, coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo; e pela defensora pública Paula Sant'Anna Machado de Souza, coordenadora auxiliar do Núcleo da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Mariana Ferreira informou que o atendimento de uma vítima de violência sexual é feito pelo Instituto Médico Legal (IML) e salientou que em São Paulo o IML possui o programa Bem-me-quer, parceria entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria da Saúde, que funciona no Hospital Pérola Byington e atende todas as vítimas de violência sexual da Capital e da Grande São Paulo, em um ambiente humanizado e com equipe composta por mulheres, que presta atendimento 24 horas.

A palestrante explicou que o objetivo da perícia é encontrar evidências de conjunção carnal ou atos libidinosos diversos, lembrando que, a partir de 2009, os atos libidinosos passaram a ser considerados crime de estupro. Ela acrescentou que se considera abuso sexual qualquer prática não consentida e que não pode haver consentimento no caso de crianças ou de pessoas intoxicadas, inconscientes.

A expositora forneceu dados da Secretaria de Segurança Pública, indicando que no ano de 2016 foram registrados 49.497 casos de estupros no Brasil. Informou, no entanto, que esse número representa apenas 10% das ocorrências, porque cerca de 90% dos casos não são denunciados. "Principalmente quando as vítimas são crianças, os familiares são os que menos denunciam. Geralmente as denúncias são provenientes da escola e anônimas", observou.

Ela apresentou também dados de estupro por faixa etária: de 0 a 7 anos são cerca de 38,80% dos casos; de 8 a 14 anos são 38,11%; 48,71% dos casos acontecem na casa da vítima e 33,60% na casa do suspeito; 82,83% são praticados por conhecidos da criança, principalmente familiares (avô, pai, tio, irmão) ou amigos que têm fácil acesso à casa; 92,55% dos abusadores são do sexo masculino. "São pessoas que normalmente não levantam suspeita", frisou.

Mariana Ferreira discorreu também sobre o atendimento da vítima de violência sexual no IML, as etapas da perícia sexológica e os principais exames realizados, lembrando que, para a identificação do agressor, o ideal é que a vítima seja examinada em até 72 horas, mas o exame deve sempre ser feito, mesmo se





ultrapassado esse prazo. E ressaltou que a perícia sexológica é considerada uma das mais difíceis da Medicina Legal, frisando a importância do preparo do profissional para que ela seja realizada de maneira adequada.

14/06/2018 – PRESIDENTE DO TJSP É HOMENAGEADO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA



A Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) homenageou o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, pela composição igualitária de seu gabinete: metade de sua equipe, de 14 assessores, é constituída por juízas. As integrantes da ABMCJ estiveram hoje (14) com o presidente, no Palácio da Justiça, para entregar documento assinado pela diretoria da associação. "É uma singela homenagem para uma grande iniciativa, pois o senhor abriu espaço mulheres competentes", afirmou a advogada e presidente da ABMCJ, Alice Bianchini. Ela também destacou que as mulheres precisam ter as mesmas oportunidades que os homens: "Esperamos que seu ato sirva de exemplo para outras instituições".

Honrado com a homenagem, o presidente agradeceu e afirmou que a escolha de seus assessores foi baseada na meritocracia. "Tive a oportunidade de conhecer o trabalho dessas juízas e juízes e os convidei para a equipe pela competência." Para a procuradora do Estado e tesoureira da Associação, Ana Paula Zomer, esta justificativa é mais um motivo que merece ser enaltecido. "A grandeza de seu ato está exatamente em não excluir o mérito por ele vir de uma mulher, como sabemos que ocorre na sociedade", destacou.

A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, que é vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) e assessora especial da ABMCJ na área de combate ao tráfico de pessoas, destacou que Pereira Calças "de forma bastante natural, sempre tratou as mulheres com igualdade". Outro exemplo do comportamento igualitário do desembargador frente à questão de gênero foi a escolha da secretária da Presidência (SPr), Tatiana Aparecida Coelho Marchi, mãe de Cecília (um ano e meio) e grávida de Benicio, seu segundo filho. Mais uma vez, imperou a meritocracia.





À homenagem estavam presentes a promotora vice-presidente da Associação, Fabiana Dal'Mas Rocha Paes; a juíza integrante da Comesp e secretária adjunta da ABMCJ, Teresa Cristina Cabral Santana; e a advogada e componente do Conselho Deliberativo, Clarice Maria de Jesus D'Urso e as juízas assessoras da Presidência do TJSP Camila de Jesus Mello Gonçalves e Maria Rita Rebello Pinho Dias. Também compõem a assessoria da Presidência as magistradas Ana Rita de Figueiredo Nery, Paula Lopes Gomes, Silvana Malandrino Mollo, Tatiana Magosso e Daniela Maria Cilento Morsello, ao lado dos juízes Marco Fábio Morsello, Leandro Galluzzi dos Santos, Renato Hasegawa Lousano, Airton Pinheiro de Castro, Ricardo Dal Pizzol e Fabio Coimbra Junqueira.





20/08/2018 – TRIBUNAL PARTICIPA DE WEBCONFERÊNCIA SOBRE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



O Tribunal de Justiça de São Paulo participará da webconferência "Projeto Fênix – Reparação estética, ortopédica e odontológica", workshop voltado para profissionais que realizam atendimento a mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e de gênero. O evento acontecerá nesta segunda-feira (20), das 10h às 12 horas, e os interessados podem participar pelo site http://webconferencia.saude.sp.gov.br/fenix200818

As palestras da webconferência ficarão a cargo da juíza da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo, Teresa Cristina Cabral Santana; da médica assistente técnica do Gabinete da Secretaria de Saúde, Sylmara Berger Del Zotto; da médica coordenadora de Políticas Públicas para Mulher da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Albertina Duarte Takiuti; da promotora de Justiça do Grupo de Atuação e Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), Maria Gabriela Prado Manssur; e da coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), Nalida Coelho Monte.

Além do TJSP, o evento conta ainda com a colaboração da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Secretaria da Saúde, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Coordenação de Políticas para a Mulher, Ministério Público de São Paulo e do Governo de São Paulo.

Projeto

O Fênix oferece reparação estética, ortopédica e odontológica, de graça, para vítimas de violência doméstica e de gênero. Trata-se de uma parceria do Tribunal de Justiça de São Paulo com a Secretaria de Estado da Saúde e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Turma do Bem, que existe desde 2016. O encaminhamento da paciente ao programa é feito por juízes, integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, além das delegacias de polícia. As vítimas também podem solicitar a reparação das lesões ocasionadas por agressões diretamente na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) pelo e-mail comesp@tjsp.jus.br.





24/08/2018 - TJ PARTICIPA DA 11ª EDIÇÃO DA SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



O Tribunal de Justiça de São Paulo, através da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelece eventos para campanha nacional 11º Semana Justiça pela Paz em Casa, que acontecerá de 20 a 24 de agosto. Várias comarcas de São Paulo estão envolvidas no projeto. Com palestras, oficinas e exposições, o objetivo é coordenar ações que priorizem o julgamento de processos relacionados à violência doméstica e também incentivar o reforço da articulação da rede protetiva.

Segundo o CNJ, nas 10 edições já realizadas, em todo o Brasil foram julgados 126 mil processos e concedidas mais de 64 mil medidas protetivas de urgência. Saiba mais sobre a programação da semana da Justiça pela Paz em Casa no TJSP.

De 20 a 24 de Agosto

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José dos Campos (juíza Márcia Faria Mathey Loureiro)

Durante a semana de esforço, a Vara concentrará o maior número possível de audiências de Conciliação e de Instrução e Julgamento. Durante a realização das referidas audiências haverá atendimento simultâneo às vítimas de violência doméstica pela Defensoria Pública, que prestará auxílio e orientação sobre eventual necessidade de interposição de qualquer outro tipo de ação judicial. A Delegacia de Defesa da Mulher também foi orientada a encaminhar as vítimas para a realização da audiência prevista no artigo 16, da Lei 11.340/2006.

2º Vara da Comarca de Jandira (juíza Juliana Moraes Corregiari Bei)

A Vara destinou os dias 20, 22 e 23 para a concentração, nas pautas das audiências de Instrução e Julgamento, do maior número possível de processos que envolvem violência contra a Mulher.

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

Das 12h30 às 19 horas - Até o dia 25 de agosto continua em cartaz a exposição "Feminismo na Lata", da artista visual Elaine Cristina de Almeida. A mostra envolve exposição de artes visuais e também oficinas para jovens e adultos. Inspiradas na Arte Urbana, as pinturas são feitas com spray e caneta, usando como base telas de algodão, latinhas e papéis reaproveitados, com temas que provoquem reflexão sobre padrões sociais, alertando para questões como violência contra a mulher, homofobia, racismo e outras. Local: 1º andar do Edifício do Fórum da Comarca de Ribeirão Preto (Rua Alice Alem Saad, nº 1010 – Nova Ribeirânia).

Durante a semana, a **ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra**, por meio das Promotoras Legais Populares – PLPs, visitará os fóruns da Capital onde há Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a





Mulher, no intuito de divulgar e orientar o público em geral sobre a funcionalidade do aplicativo JUNTAS (PLP 2.0), instrumento de proteção à mulher em risco de violência doméstica, e de distribuir as cartilhas "A Lei Maria da Penha e a Atitude para a Paz", contendo os endereços das instituições que compõem a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

20/08 - segunda-feira

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste (juíza Rafaela Caldeira Gonçalves)

Das 10 às 12 horas: Reunião da Rede Oeste de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no Fórum do Butantã. Serão discutidas estratégias de prevenção, bem como de fomento às políticas públicas voltadas às situações de violência contra as mulheres. Na ocasião, estarão presentes representantes de diversos equipamentos que atuam com demandas relativas às situações de violência contra as mulheres.

Local: Auditório do Fórum do Butantã – Sala 116

Webconferência sobre o Projeto Fênix (juíza Teresa Cristina Cabral Santana)

Das 10 às 12 horas – Workshop online sobre o "Projeto Fênix – Reparação estética, ortopédica e odontológica", voltado para profissionais que realizam atendimento a mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e de gênero. As palestras ficarão a cargo da juíza integrante da Comesp Teresa Cristina Cabral Santana; da médica assistente técnica do Gabinete da Secretaria de Saúde, Sylmara Berger Del Zotto; da médica coordenadora de Políticas Públicas para Mulher da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Albertina Duarte Takiuti; da promotora de Justiça do Grupo de Atuação e Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), Maria Gabriela Prado Manssur; e da coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), Nalida Coelho Monte.

21/08 – terça-feira

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste (juíza Rafaela Caldeira Goncalves)

Das 8 às 13 horas: Participação no evento "8º Encontro das Redes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Cidade de São Paulo"

Tema: A Política Pública de atendimento às Mulheres em debate – buscando avanços.

Local: Auditório da Defensoria Pública – Rua Boa Vista, 200.

Das 11 às 13 horas – Reunião do Grupo Reflexivo com Mulheres. Os grupos reflexivos têm por objetivo problematizar a construção social dos papéis de gênero e as expectativas sociais dos comportamentos femininos e masculinos, buscando contribuir para a construção de relações de gênero igualitárias e de formas não violentas de resolução de conflitos.

Local: Auditório do Fórum do Butantã - Sala 116

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

Das 9 às 13 horas: No espaço do Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher (NAEM), será realizada a oficina Arte na Lata, voltada para adolescentes com vivência de violência doméstica, com o objetivo de contribuir para a reflexão critica dobre o tema, visando a prevenção da violência contra a mulher ao mesmo tempo em que proporciona o contato com a arte na prática do grafite.

Local: NAEM – Rua João Arcadepani Filho, 400 - Nova Ribeirânia

2ª Vara Criminal da Comarca de Avaré (juíza Roberta de Oliveira Ferreira Lima)

13h30: Palestra vivencial "A Paz do Mundo começa em casa", proferida pela terapeuta e consteladora familiar Tânia Valéria dos Santos.

Local: Fórum - Salão do Júri

Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (juíza Teresa Cristina Cabral Santana)





Cine Debate - Escola Estadual Colombo de Almeida

10 horas - Estudantes da 3ª série do Ensino Médio assistirão ao documentário "Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero". A juíza Teresa Cristina Cabral Santana será uma das condutoras do evento.

Local: Rua Graciano Altieri, 114 – Casa Verde.

22/08 - quarta-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

Das 9 às 11 horas: Visita ao Projeto Gerar Prevenção PME, no espaço do Fórum de Ribeirão Preto dará a oportunidade de os alunos da Escola Centro Educacional SESI 344 conhecerem os ambientes onde se operam o Direito e a Justiça, no tocante à temática da violência doméstica e demais ilícitos.

Local: Fórum Estadual de Ribeirão Preto - localizado na Rua Alice Além Saad, 1010 - Nova Ribeirânia

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste (juíza Rafaela Caldeira Gonçalves)

Das 17 às 19 horas: Reunião do Grupo Reflexivo com Homens. Os grupos reflexivos têm por objetivo problematizar a construção social dos papéis de gênero e as expectativas sociais dos comportamentos femininos e masculinos, buscando contribuir para a construção de relações de gênero igualitárias e de formas não violentas de resolução de conflitos.

Local: Auditório do Fórum do Butantã – Sala 116

23/08 - quinta-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

Das 9h às 13 horas: Nova edição da oficina Arte na Lata

Local: NAEM - Rua João Arcadepani Filho, 400 - Nova Ribeirânia

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste (juíza Rafaela Caldeira Goncalves)

Das 11h às 13 horas: Grupo de Acolhida com mulheres. As reuniões de acolhimento visam oferecer orientações jurídicas e processuais, abordar aspectos da violência de gênero e da rede de atendimento disponível, assim como apresentar a proposta dos Grupos Reflexivos.

Local: Auditório do Fórum do Butantã – Sala 116

24/08 - Sexta-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama):

10 horas: Palestra de prevenção para alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Sebastião Aguiar de Azevedo, com o tema "Violência Doméstica contra a Mulher"

Local: Rua José Mendonça Uchoa, 710 – Bairro Presidente Dutra II

Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital (juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante)

14 horas: Palestra "Da Violência Doméstica ao Feminicídio", com as especialistas Eva Alterman Blay, Socióloga, professora da USP e coordenadora do USP Mulheres/ONU; Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, advogada de direitos humanos e questões de gênero, presidente do Geledés -Instituto da Mulher Negra; e Suelaine Carneiro, advogada e vice-presidente do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Evento realizado em parceria com o Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi).

Local: Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães — Plenário 10, Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313 — Barra Funda.

2ª Vara da Comarca de Jandira (juíza Juliana Moraes Corregiari Bei)

14 horas: Palestra aberta ao público com o tema "Violência Doméstica", ministrada pela guarda municipal Jailma Souza.





Local: Fórum – Sala do Júri 27/08 – segunda-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama):

10 horas: Palestra de prevenção para alunos do curso de Psicologia, em comemoração à Semana da Psicologia da Universidade Barão de Mauá, com o tema "O litígio na perspectiva da Psicologia Jurídica: conflitos e vivências de violência".

Local: Rua Ramos de Azevedo, 423 – Jardim Paulista

15/09/2018 – TRIBUNAL PARTICIPA DO CONGRESSO ESTADUAL DA MULHER ADVOGADA

-



A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo realizou no último sábado (15) o Congresso Estadual da Mulher Advogada. A temática do encontro foi a "União pelo índice zero da violência contra a mulher". Foram discutidas diversas iniciativas que buscam, através da cooperação entre a OAB SP e outros órgãos, como o Tribunal de Justiça de São Paulo, o Ministério Público e a ONU Mulheres, lutar contra esse tipo de violência. O evento também contou com uma homenagem à desembargadora Maria Cristina Zucchi, que recebeu a Láurea de Reconhecimento da OAB SP, por ser a primeira mulher a integrar o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Na ocasião, o presidente da OAB SP, Marcos da Costa, e a presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB SP, Kátia Boulos, lançaram a Campanha Anual da entidade – "Semana de conscientização e prevenção da violência contra a mulher".

Ao receber a láurea, emocionada, a desembargadora Maria Cristina Zucchi agradeceu a homenagem e afirmou que em sua atuação, nas decisões e votos, sente o peso da responsabilidade em corresponder à confiança da advocacia paulista. Zucchi ingressou na Magistratura pela via do Quinto Constitucional - Advocacia em 2001. A homenagem foi lida pela conselheira Tallulah Kobayashi.

A juíza titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santo André e integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência do TJSP, Teresa Cristina Cabral Santana, foi uma das palestrantes. A magistrada abordou o projeto Fênix, fruto de uma parceria entre o TJSP e a OAB SP, cujo objetivo é recuperar a autoestima das mulheres que foram vítimas de violência doméstica e de gênero através de atendimentos nas áreas estética, ortopédica e dentária. "Uma característica da violência física é a forma como ofende as partes visíveis do corpo da mulher, que acabam sendo atingidas e dificultam a reconstrução da sua vida. Com base nessa constatação criamos o projeto em 2012, com o objetivo de resgate da construção





da autoestima, desenvolvimento de autonomia, reestruturação do cotidiano, inserção no mercado de trabalho e empoderamento para romper com o ciclo da violência".

Outra iniciativa que conta com a colaboração do TJSP é o "Projeto Tem Saída", que auxilia mulheres vítimas de violência doméstica na busca por uma vaga de trabalho. Além do TJSP e da OAB, participam do projeto o Ministério Público, Defensoria Pública, ONU Mulheres e Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo do município de São Paulo. A promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, especialista em violência contra a mulher e diretora da Associação Paulista do Ministério Público Mulher, Maria Gabriela Prado Manssur, discorreu sobre o tema.

Além dos projetos, foram discutidos outros assuntos ligados à violência contra a mulher, como desigualdade de gênero e racial. Também participaram do evento o vice-presidente da OAB SP, Fábio Romeu Canton Filho, e a secretária-geral adjunta da OAB SP, Gisele Fleury Charmillot Germano de Lemos.

18/10/2018 - OUTUBRO ROSA: COMESP E SGP PROMOVEM PALESTRA SOBRE CÂNCER DE MAMA



A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) e a Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça de São Paulo promoveram nesta quinta-feira (18), a palestra "Outubro Rosa — Câncer de Mama: Cuidado Humanizado no Atendimento às Mulheres", com a médica e professora Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira. Mais de 350 pessoas acompanharam o evento, presencialmente, na Sala do Servidor do Fórum João Mendes Júnior, ou por transmissão online para comarcas do Estado.

A palestrante, que é formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo, falou sobre o número de casos de câncer de mama e sobre fatores de risco. De acordo com Ana Flávia, em 2013, mais de 14 mil mulheres morreram em razão da doença no Brasil, o que representa 16% das mortes de mulheres por algum tipo de câncer naquele ano. Os fatores que aumentam as chances de câncer de mama são o envelhecimento, menstruação e menopausa precoces, alta estatura, mamas densas, genética favorável à doença, gestações tardias, contracepção e reposição hormonal, falta de atividades físicas, abuso de álcool, obesidade, entre outros. Ela destacou que a recomendação do Instituto Nacional de Câncer (Inca) é de que mulheres de 50 a 74 anos de idade realizem a mamografia pelo menos uma vez a cada dois anos. O exame detecta lesões suspeitas na mama e a biópsia confirma ou não o diagnóstico de câncer. Ana Flávia, no entanto, chamou atenção para a importância do autoexame, no qual a própria mulher identifica lesões anormais. "90% dos nódulos são encontrados pelas próprias mulheres, por isso é importante o autoexame."

Após o diagnóstico, a paciente pode ser submetida a uma cirurgia de retirada da mama ou parte dela, radioterapia, quimioterapia e medicamentos que bloqueiam a produção hormonal e podem impactar o





desejo sexual da mulher. Isso faz com que muitas pacientes sofram com problemas em suas relações afetivas. Mas, a médica insistiu que é possível manter um relacionamento saudável mesmo enfrentando o câncer de mama. "Quando a gente se livra da obrigação de ter as mamas bem durinhas e descobre que o importante é viver e se relacionar com as pessoas, algumas mulheres melhoram a experiência sexual e afetiva com seus parceiros", explica. A palestrante esclareceu dúvidas das participantes e recebeu certificado pela participação no evento da juíza Teresa Cristina Cabral Santana, integrante da Comesp.

Outubro Rosa

A Comarca de São Sebastião realiza anualmente, no mês de outubro, uma evento sobre câncer de mama, direcionada às servidoras. Neste ano, a administração organizou um evento no Salão do Júri para reunir as mulheres que acompanharam a transmissão on-line da palestra de Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira pelo telão.

Nas comarcas de Piracicaba, São Carlos, Presidente Prudente, Aguaí e Assis e no Foro Regional de Penha de França, os servidores foram trabalhar vestindo uma peça de roupa rosa, para reforçar a importância da campanha "Outubro Rosa", que ocorre em diversos países com o objetivo de compartilhar informações e divulgar medidas preventivas ao surgimento da doença, como o autoexame e a prática regular de exercícios. O nome remete à cor do laço que simboliza a iniciativa, que tem o apoio de empresas e instituições públicas.

1/11/2018 - APLICATIVO FACILITA SOCORRO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Mecanismo mostra localização da mulher em situação de perigo.

O aplicativo **Juntas (PLP 2.0)**, mecanismo de combate à violência doméstica, possibilita que mulheres em situação de perigo enviem, pelo celular, um pedido de socorro a pessoas previamente cadastradas, que recebem, por mensagem, a exata localização da vítima. Com ele, mulheres expostas à violência doméstica podem construir uma rede pessoal de proteção.

Além dos números cadastrados, o aplicativo aciona diretamente as redes de atendimento das Promotoras Legais Populares (PLPs) – lideranças comunitárias femininas capacitadas em noções básicas de leis e direitos humanos que atuam na defesa, orientação e triagem de demandas de violação de direitos, assim como na prevenção da violência contra a mulher.

O Juntas (PLP 2.0) está disponível para ser baixado em celulares com o sistema Android (que envia um pedido de ajuda mediante o acionamento do botão liga/desliga do celular por quatro vezes) ou em IPhone (que possui mecanismo de acionamento diferente, ativado por meio de toque no próprio aplicativo). Para tanto, basta acessar a loja de aplicativos do celular ou o





endereço <u>www.plp20.org.br</u> para fazer *download* do *app*, sendo possível cadastrar contatos (telefone, e-mail ou perfil no Facebook) de pessoas de confiança, que podem ser acionadas em possíveis situações de risco.

Comunicação Social TJSP – AM (texto) / JT (arte) imprensatj@tjsp.jus.br

21/11/2018 – EJUS CAPACITA OFICIAIS DE JUSTIÇA PARA ATUAÇÃO NA ÁREA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



A Escola Judicial dos Servidores (EJUS) realizou nos dias 7 e 12 de novembro duas edições da Capacitação específica relacionada à violência doméstica contra a mulher, direcionada a oficiais de Justiça da Capital e do interior, sob a coordenação das juízas Teresa Cristina Cabral Santana e Rafaela Caldeira Gonçalves, integrantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp). A capacitação é ministrada na sede da EJUS pelas advogadas Marina Ganzarolli e Alice Bianchini. Cada edição contou com cerca de 1.150 participantes, nas modalidades presencial e a distância. Serão realizadas mais duas turmas nos dias 28 de novembro e 6 de dezembro. A juíza Rafaela Caldeira fez a abertura dos trabalhos no dia 7 e ressaltou a importância do tema para os oficiais de Justiça: "Na medida em que nos conscientizamos da pertinência do nosso trabalho com temática dos mandados relativos à violência de gênero, modificamos nossa maneira de atuar". Marina Ganzaroli discorreu sobre aspectos da violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher. Mencionou dados publicados pelo portal de notícias R7 a partir de informações da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE: no período de um ano, 2,4 milhões de mulheres sofrem agressões de pessoas conhecidas, sendo que 1,5 milhão são negras. A palestrante afirmou que o feminicídio pode ser evitado quando há denúncia de agressões e destacou que os oficiais de Justiça, por se dirigirem até a casa das partes, têm a oportunidade de notar indícios de abuso durante a visita. Alice Bianchini abordou o cumprimento de mandados e explicou que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) está entre as três mais avançadas do mundo em relação à proteção da mulher. De acordo com a palestrante, 90% da lei tem caráter preventivo, o que nem sempre é cumprido na prática, comprometendo sua eficiência. Observou, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça publicou as súmulas 588 e 589, que dão o entendimento de que a Lei Maria da Penha restringe-se à violência sofrida pela mulher apenas no ambiente doméstico. Ressaltou a importância da capacitação específica do Judiciário para servidores e magistrados que atuam nas unidades da área de violência doméstica.





23/11/2018 - COMEÇA A 12ª EDIÇÃO DA SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



Programação inclui palestras, cursos e oficinas.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), participa da 12ª edição da semana Justiça pela Paz em Casa, que acontecerá de 26 de novembro a 1º de dezembro. Serão palestras, cursos e oficinas em diversas comarcas de São Paulo, tendo como foco a violência doméstica. Além disso, serão coordenadas ações que priorizem o julgamento de processos relacionados ao tema em questão.

Confira a programação:

24/11 - Sábado

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

Das 9h30 às 12h30 e 13h30 às 15h: Realização de Constelação Sistêmica Organizacional, com a participação de todos os funcionários que prestam serviços no Anexo de Violência Doméstica

Palestrante: coach Gutemberg Fernandes

Local: Rua Altino Arantes, 800 – Lar Anália Franco

26/11 – Segunda-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

9h: Palestra Maria da Penha para Além da Penha

Local: Unaerp – Av. Constábile Romano, 2201 – Bairro Ribeirânia

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Campinas (juiz Fábio Luis Bossler)

Durante a semana, serão realizadas 12 audiências de casos criminais de violência doméstica e familiar contra a mulher

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste (juíza Rafaela Caldeira Gonçalves)

10h: Reunião da Rede Oeste – Encontro com espaço para discussão de estratégias de prevenção, bem como de fomento às políticas públicas voltadas às situações de violência contra as mulheres. Haverá a participação de representantes de diversos segmentos que atuam com demandas relativas às situações de violência contra mulheres

Local: Foro Regional do Butantã (Av. Corifeu de Azevedo Marques, 150 – Butantã)





Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cotia (juiz Sergio Augusto Duarte Moreira)

A vara intensificará as audiências durante a semana, com pauta de 22 processos

1º Vara Criminal da Comarca de Jacareí (juiz Marcos Augusto Barbosa dos Reis)

Agendadas cinco audiências de instrução, debates e julgamento em processos nos quais se apura a prática de violência doméstica. Além das audiências, está programada a prioridade no cumprimento dos processos que envolvam violência doméstica

27/11 – Terça-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

9h: Oficina de *Mindfulness* e Comunicação Não Violenta - Será realizada no espaço do NAI (sala da Justiça Restaurativa), voltada para homens em cumprimento de pena por prática de violência doméstica. A oficina vem contribuir para a reflexão crítica sobre o tema, visando evitar a reincidência do ato

Público previsto: 15 homens

Local: Rua Alice Além Saad, 950 – Nova Ribeirânea

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste (juíza Rafaela Caldeira Gonçalves)

10h: Grupo Reflexivo com Mulheres – tem o objetivo de problematizar a construção social dos papéis de gênero e as expectativas sociais dos comportamentos femininos e masculinos, buscando contribuir para a construção de relações de gênero igualitárias e de formas não violentas de resolução de conflitos

Local: Foro Regional do Butantã (Av. Corifeu de Azevedo Marques, 150 – Butantã)

1ª Vara Criminal da Comarca de Jacareí (juiz Marcos Augusto Barbosa dos Reis)

Agendadas:

- Uma audiência preliminar artigo 16 da Lei 11.340/2006
- Uma audiência de instrução, debates e julgamento de processo em que se apura a prática de violência doméstica

Além das audiências, está programada a prioridade no cumprimento dos processos que envolvam violência doméstica

1ª Vara Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Itu (juíza Andrea Ribeiro Borges)

Agendadas duas audiências de instrução, debates e julgamento de processos com observância da Lei Maria da Penha

3ª Vara Criminal da Comarca de Santos (juíza Carla Milhomens Lopes de Figueiredo Gonçalves de Bonis)

Agendadas duas audiências de instrução, debates e julgamento

28/11 - Quarta-feira

Coordenadoria da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) e Escola Judicial dos Servidores (EJUS)

9h: Curso a oficiais de justiça sob a coordenação das juízas integrantes da Comesp Rafaela Caldeira Gonçalves e Teresa Cristina Cabral Santana

Palestrantes: Marina Ganzarolli e Claudia Patrícia de Luna





Temas:

- Aspectos da violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher. Ciclo da violência. Lei Maria da Penha. Contexto histórico e cultural. Aspectos polêmicos e aplicação
- Cumprimento de mandados. Cautelas necessárias. Medidas protetivas de urgência. Notificação das vítimas. Direito à assistência jurídica. Avaliação de risco

Local: Escola Judicial dos Servidores - Rua da Consolação, 1483 – 8º andar

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

13h30: Audiência no Salão do Júri – Feminicídio – Projeto *Gerar Prevenção PME*, no espaço do Fórum da Comarca de Ribeirão Preto, com o objetivo de oportunizar aos alunos da Escola Centro Educacional SESI 344 a visita aos ambientes onde se opera o direito e a justiça, no tocante à temática da violência doméstica e aos demais ilícitos

Público previsto: 10 pessoas, entre alunos e professores

Local: Rua Alice Além Saad, 1010 – Nova Ribeirânia

3ª Vara Criminal da Comarca de Santos (juíza Carla Milhomens Lopes de Figueiredo Gonçalves de Bonis)

Agendada uma audiência de Justificação

29/11 - Quinta-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

10h: Palestra de prevenção para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Sebastião Aguiar de Azevedo, com o tema "Violência Doméstica contra a Mulher"

Público previsto: 70 pessoas, entre alunos, professores e funcionários

Local: Rua José Mendonça Uchoa, 710 – Bairro Presidente Dutra II

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Oeste (juíza Rafaela Caldeira Gonçalves)

11h: Grupo de Acolhida com Mulheres – oferecerá orientações jurídicas e processuais, abordará aspectos da violência de gênero e da rede de atendimento disponível, assim como apresentará a proposta dos Grupos Reflexivos. Neste encontro, haverá a participação de representantes da ONG Mapa do Acolhimento, para a divulgação dos serviços oferecidos às mulheres

Local: Foro Regional do Butantã (Av. Corifeu de Azevedo Marques, 150 – Butantã)

1ª Vara Criminal da Comarca de Jacareí (juiz Marcos Augusto Barbosa dos Reis)

Agendadas:

- Uma audiência preliminar artigo 16 da Lei 11.340/2006
- Cinco audiências de instrução, debates e julgamento, de processo em que se apura a prática de violência doméstica

Além das audiências, está programada a prioridade no cumprimento dos processos que envolvam violência doméstica

Vara do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Sorocaba (juiz Hugo Leandro Maranzano)

13h30: Palestra direcionada a vítimas de violência doméstica, com a participação do magistrado, psicólogas e assistentes sociais do Cerem, Cerav (órgão que atende os autores de agressão doméstica),





da Casa Abrigo (CIM-Mulher), além de duas vítimas que se utilizaram da Rede, com resultado extremamente positivo

Um oficial da Polícia Militar falará especificamente sobre as visitas da "Patrulha da Paz". As integrantes do Cerem também explicarão sobre o Botão do Pânico, já utilizado na comarca, também com resultados positivos, tanto em ações preventivas, quanto nos casos de reiteração criminosa com consequente prisão em flagrante

Local: Auditório da 10ª Daraj (Rua Vinte e Oito de Outubro, 665 – Alto da Boa Vista)

30/11 - Sexta-feira

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

9h: Capacitação profissional para a corporação da Guarda Civil Municipal de Ribeirão Preto, para atuação junto à Patrulha Maria da Penha

Público previsto: 50 guardas municipais

Local: Sede da Guarda Municipal - Rua Lafaiete, 1675 - Centro

Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital (juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante)

14h: Palestra com o juiz da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 3, Mário Rubens Assumpção Filho, direcionada a vítimas e a integrantes da rede de atendimento, bem como servidores do TJSP

Tema da palestra: Projeto Tem Saída – inserção no mercado de trabalho como forma de romper o ciclo da violência doméstica e familiar

Colaboradores: Magazine Luiza, Sodexo, Atento, Grupo GRSA, Compass Group e Carrefour

Local: Plenário 10 do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313 — Barra Funda)

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 1 (juíza Tatiana Vieira Guerra)

14h: Palestra com Claudia Patrícia de Luna, advogada e diretora executiva do Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, em alusão aos 16 dias de ativismo contra a violência de gênero. O evento foi organizado pela equipe técnica, sob а coordenação da juíza Violência Tema da palestra: Racismo e de Gênero

Local: Auditório do Foro Regional da Penha — 2º andar (Rua Doutor João Ribeiro, 433 — Penha de França)

1º/12 - Sábado

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (juíza Carolina Moreira Gama)

9h: Capacitação profissional para funcionários do plantão de Polícia Civil, através da prática de acolhimento

Palestrantes: Equipe técnica (assistente social e psicóloga) do Anexo da Violência Doméstica. A capacitação será realizada no primeiro plantão

Local: Rua Duque de Caxias, 1048 – Centro

Comunicação Social TJSP — SB (texto) / JT (arte) imprensatj@tjsp.jus.br





4/12/2018 – SEMINÁRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA APRESENTA BALANÇO DE 2018



O último seminário do Grupo de Trabalho sobre Violência Doméstica (GT-VID) em 2018 foi realizado ontem (4), na Sala do Servidor do Fórum João Mendes Júnior, sob coordenação da juíza assessora da Corregedoria Geral da Justiça Maria Domitila Prado Manssur. O evento contou com a presença de cerca de 50 funcionários e teve 146 acessos online e foi uma realização da Escola Judicial dos Servidores (EJUS), em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ). O desembargador Reinaldo Cintra Torres de Carvalho abriu os debates e foi seguido pelos demais membros da mesa, que apresentaram uma síntese dos quatro eixos trabalhados ao longo do ano: "Aspectos psicossociais e jurídicos da violência doméstica e familiar contra a mulher", "Gênero, racismo e violência de gênero", "Desafios atuais das redes de enfrentamento da violência doméstica" e "Violência de gênero contra crianças e adolescentes".

As palestras apresentaram conclusões e discussões sobre as atividades desenvolvidas nas varas, abordando temas diversos, como politicas públicas voltadas à violência sexual contra crianças e adolescentes, articulação entre os serviços de apoio à mulher, qualificação dos profissionais que prestam atendimento às vítimas, sistema integrado da Justiça e fluxo de informações entre as varas. A juíza Maria Domitila Prado Manssur comentou a fala de cada palestrante e disse que a meta é sempre tentar reconhecer as situações, encontrar soluções e lutar pela aplicação de melhorias.

A juíza da 2ª Vara Criminal de Santo André e integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp), Teresa Cristina Cabral Santana, disse estar muito satisfeita com toda a discussão. "Achei impressionantes as abordagens. Fico honrada em fazer parte de um Judiciário que tem pessoas como vocês, que estão com toda essa intenção de promover um trabalho qualificado, profundo e concreto. Espero que consigamos, efetivamente, promover mudanças na nossa sociedade, que tanto precisa reduzir os conflitos e a violência. Vocês são parte imprescindível nessa modificação", concluiu.

Também compuseram a mesa as psicólogas Lucia Helena Rodrigues Zanetta e Ligia Pagliuso e as assistentes sociais Fátima de Almeida Freitas, Maria de Fátima de Jesus Agostinho Ferreira e Tatiana Regina de Almeida. Psicólogas e assistentes sociais também levaram às magistradas presentes propostas advindas da observação no dia a dia.





06/12/2018 – EJUS CONCLUI CAPACITAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA



A Escola Judicial dos Servidores (EJUS) encerrou na quinta-feira (6) a Capacitação específica relacionada à violência doméstica contra a mulher, promovida na sede da Escola para oficiais de Justiça da Capital e do interior, sob a coordenação das juízas Teresa Cristina Cabral Santana e Rafaela Caldeira Gonçalves, integrantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp). A capacitação foi ministrada pelas advogadas Marina Ganzarolli e Alice Bianchini para quatro turmas, totalizando cerca de 4.500 participantes nas modalidades presencial e a distância. Foram debatidos casos concretos e questões teóricas relacionadas à violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher, bem como as cautelas necessárias para o cumprimento de mandados e medidas protetivas de urgência, entre outros temas. Também participou das exposições a advogada Cláudia Patrícia de Luna.

Na avaliação da juíza Teresa Cristina, os oficiais de Justiça cumprem um papel fundamental na aplicação da Lei Maria da Penha, pois são os responsáveis pela entrega dos mandados judiciais com as medidas protetivas às vítimas. "A compreensão sobre os contornos dessa realidade é necessária para o aprimoramento desses profissionais, para que possam realizar seu trabalho de maneira profícua, fazendo prevalecer a lei", ressaltou. Marina Ganzarolli enfatizou a necessidade de se problematizarem as discussões sobre o assunto para seu enfrentamento. "Falamos de uma violência que é alarmante e temerária. Somos o quinto país do mundo em número de mortes de mulheres. Aqui ainda são praticados meio milhão de estupros por ano, sendo que 70% desses casos são contra jovens entre 15 e 17 anos", salientou.

Alice Bianchini observou que o trabalho despertou interesse dos participantes na aplicação da Lei Maria da Penha. "A iniciativa aborda uma macro visão de um tema complexo, que apresenta ao menos 38 especificidades que o diferenciam dos outros tipos de violência", explicou.





07/12/2018 - CINEDEBATE EXIBE DOCUMENTÁRIO LEGÍTIMA DEFESA



O CineDebate, liderado pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), é uma das iniciativas do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) para a conscientização sobre violência de gênero. A sessão que fechou o programa em 2018 foi realizada na última sexta-feira (7), no Fórum João Mendes Júnior, em São Paulo, com a exibição do documentário brasileiro Legítima Defesa (2017). O filme foi premiado no Festival Internacional Mujeres en Foco, em Buenos Aires, em janeiro desse ano. Na sequência, 27 magistrados, pesquisadores, professores, jornalistas e cidadãos debateram a questão.

A produção documenta o relato de três mulheres vítimas de violência extrema e abuso crescente de seus parceiros, que resulta na morte dos homens pelas companheiras. Em comum nos três relatos, estão o cotidiano de penúria nas comunidades periféricas do Rio de Janeiro e a opressão contínua sofrida pelas esposas e filhos. O desfecho da narrativa, no entanto, é inverso à realidade nacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, de 4,8 para 100 mil mulheres. Esta tipificação se tornou um agravante do crime de homicídio há apenas três anos (Lei 13.104/15), para o caso em que a mulher é morta em "razões da condição de sexo feminino", ou seja, motivado pelo menosprezo da dignidade da vítima enquanto mulher.

"Entrevistamos muitas mulheres que ainda estão no processo de superar sentimentos de culpa e trauma", explica Sara Stopazzolli, jornalista, pesquisadora e roteirista do filme. "Fizemos um recorte para provocar reflexão e mostrar esta realidade. Elas falam sobre tudo o que passaram e o que as levou a um ato que nunca imaginaram fazer."

Confira alguns relatos das participantes do CineDebate:

"Chamou minha atenção como foi reproduzido o contexto familiar das mulheres e a importância dos atores durante o processo penal. Pois na medida em que a acusação foi feita de uma forma efetiva, foi feita uma defesa efetiva. À medida que foram sendo ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa, a fisionomia dos jurados mudava. Eu acho que foi se processando uma transformação dentro daquele espaço, e mostrou como o processo penal é dinâmico. Foi fundamental a atuação desde o inquérito, do delegado de polícia e das equipes multidisciplinares, até o desfecho."

Angélica de Maria Mello de Almeida, desembargadora e coordenadora da Comesp

"A violência de gênero é estrutural em nossa sociedade e faz com que todos nós – homens e mulheres – naturalizemos agressões. Essa culpa que todas as mulheres do filme carregam, mesmo depois de absolvidas, é parte desse contexto. A mulher que matou para proteger sua família disse que carrega uma culpa para sempre. Isso é violentíssimo."

Silvia Pimentel, professora de Direito da PUC-SP e fundadora do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

"Lembrei do instituto da Legítima Defesa da Honra, que era aparentemente tão fácil ser comprado no Judiciário brasileiro, avaliando quem eram as mulheres mortas. Ou seja, quanto mais elas não





parecessem recatadas e do lar, maior a chance do assassino ser absolvido. Além disso, é curioso notar a dificuldade de entender o quanto os afetos, o amor e a violência podem coexistir. É preciso desmistificar o amor romântico, puro, que é capaz de modificar, fazer alguém melhor, quase que religioso. Amor e violência convivem, proximidade e agressão estão juntas, os relacionamentos são complexos."

Beatriz Accioly Lins, antropóloga e pesquisadora especializada em estudos de gênero e violência contra mulheres

"Nos casos do filme, quando a mulher mata o homem ela quer interromper um ciclo de violência porque não tem alternativa. Já passou por tanto ciclos de violência anteriores, que, na verdade, já está morta. Ela quer acabar com o sofrimento"

Claudia Patricia de Luna, advogada e diretora executiva do "Elas por Elas – Vozes e Ações das Mulheres"

"O que me chamou a atenção foi a frase: 'meu sofrimento só vai acabar quando eu morrer'. Elas só mataram porque não morreram antes. Mesmo não morrendo, elas só vão parar de sofrer quando morrerem. O ciclo da violência parece não ter sido rompido ali. E será que ele continua para as filhas e netas? Isso me tocou muito."

Elaine Cristina Pulcineli Vieira, juíza auxiliar da Capital

"O filme me lembrou que penso em escrever sobre a questão da clemência para a tese de Legítima Defesa da Honra de homens que cometem feminicídio, como ela vem travestida. Percebo que há um padrão de alegação desse instituto nos casos de feminicídio. Tenho, ainda, o objetivo de fazer uma coleta estatística sobre isso."

Rafaela Caldeira Gonçalves, juíza da Vara da Região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

"O filme contribui muito com debate porque é tocante. O documentário é extremamente rico. Aborda a legítima defesa sob o enfoque da criminologia feminista, que é o que precisamos fazer."

Teresa Cristina Cabral Santana, juíza da 2ª Vara Criminal de Santo André

"Fiquei impactada pelo filme. Na legítima defesa, para que ela possa efetivamente ser legítima, a repulsa precisa ser concomitante ou quando a agressão está na iminência de acontecer. No exemplo apresentado, de matar um homem dormindo após a violência, a agressão já tinha passado, portanto não dá para dizer que a pessoa estava repelindo uma agressão atual ou iminente. Mas pode-se sustentar a inexigibilidade de conduta diversa, uma cláusula um pouco mais genérica, de construção mais jurisprudencial. É uma situação em que se entende que aquela pessoa, naquele contexto, não poderia ter outra reação, ou que é possível compreender muito claramente aquela atitude naquele contexto."

Mariângela Gama de Magalhães Gomes, professora de Direito Penal da USP





RESOLUÇÕES, **PROVIMENTOS PORTARIAS E** COMUNICADOS **PUBLICADOS NO DIÁRIO** DA JUSTIÇA **ELETRÔNICO DO** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE **SÃO PAULO** 2018





COMUNICADO CONJUNTO № 218/2018

(PROTOCOLO CPA № 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua décima edição na semana de **05 a 09 de março de 2018**.

- I- **SOLICITA-SE** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher;
- II- **DETERMINA-SE** que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/ Comesp/JusticaPelaPazEmCasa
- 1- Quantidade de Audiência Preliminares realizadas na Semana;
- 2- Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
- 3- Quantidade de Despachos proferidos na Semana;
- 4- Quantidade de Medidas Protetivas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
- 5- Quantidade de Sessões do Júri realizadas na Semana;
- 6- Número de Magistrados que atuaram na Semana;
- 7- Número de Servidores que atuaram na Semana;
- 8- Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
- 9- Total de Sentenças de Conhecimento com mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 10- Total de Sentenças de Conhecimento sem mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 11- Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com mérito em Feminicídio na Semana;
- 12- Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem mérito em Feminicídio na Semana;

Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br





PORTARIA № 9608/2018

O Desembargador **MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **DESIGNAR** a Doutora MILENA DIAS, como colaboradora, para compor a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do `pder Judiciário do Estado de São Paulo- COMESP, nos termos da Resolução nº 561/2012, até 31 de dezembro de 2019, em substituição à Doutora Elaine Cristina Monteiro Cavalcante.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

São Paulo, 04 de maio de 2018

(a) MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS, Presidente do Tribunal de Justiça

Publicado no DJEde 09 de maio de 2018, pág. 3





SPI - Secretaria de Primeira Instância

COMUNICADO CONJUNTO № 1374 /2018 (PROTOCOLO CPA № 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua décima primeira edição na semana de 20 a 24 de agosto de 2018.

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher;

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/ Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

- 1 Quantidade de Audiência Preliminares realizadas na Semana;
- 2 Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
- 3 Quantidade de Despachos proferidos na Semana;
- 4 Quantidade de Medidas Protetivas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
- 5 Quantidade de Sessões do Júri realizadas na Semana;
- 6 Número de Magistrados que atuaram na Semana;
- 7 Número de Servidores que atuaram na Semana;
- 8 Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
- 9 Total de Sentenças de Conhecimento com mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 10 Total de Sentenças de Conhecimento sem mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 11 Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com mérito em Feminicídio na Semana;
- 12 Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem mérito em Feminicídio na Semana; Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

Dje 19/07/2018 PÁG. 1





COMUNICADO CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

COMUNICADO CG Nº 1830/2018

A Corregedoria Geral da Justiça COMUNICA aos Senhores Magistrados, Dirigentes e Servidores das Unidades Judiciais da Primeira Instância, nas hipóteses de redistribuição de feitos, por alteração da tipificação penal e desclassificação para infração penal de menor potencial ofensivo, o que segue: Os apensos de Tutela de Urgência e os Inquéritos Policiais, inicialmente distribuídos aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar ou às Varas Criminais cumuladas com Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Júri serão redistribuídos ao Juizado Especial Criminal, mediante necessária observação:

- 1 Tratando-se de Medida Protetiva de Urgência (Lei Maria da Penha) que tenha sido indeferida ou revogada, os Ofícios dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher ou os Ofícios Criminais cumulados com Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Júri deverão providenciar, antes da redistribuição do inquérito, o desapensamento da referida medida, para arquivamento na própria Unidade, utilizando o Cartório a movimentação 61615, relacionada ao arquivamento definitivo.
- 2 Caso não se trate de "Medida Protetiva de Urgência (Lei Maria da Penha)" e sim de "Medida Cautelar", não haverá arquivamento definitivo na origem, devendo o apenso ser redistribuído juntamente com o inquérito. Nesta hipótese, o Distribuidor deverá proceder à correção prévia das competências "27 Juizado Criminal Violência Doméstica", "11 Júri" ou "9 Criminal" para a competência "10 Juizado Especial Criminal, bem como da classe "1268 Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)" para a classe "11955 Cautelar Inominada Criminal".
- 3- Caso não se trate de "Medida Protetiva de Urgência (Lei Maria da Penha)" e sim "Medidas Protetivas Estatuto do Idoso", não haverá arquivamento definitivo na origem, devendo o apenso ser redistribuído juntamente com o inquérito. Nesta hipótese, o Distribuidor deverá proceder à correção prévia das competências "27 Juizado Criminal Violência Doméstica", "11 Júri" ou "9 Criminal" para a competência "10 Juizado Especial Criminal, bem como da classe "1268 Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)" para a classe "10967 Medidas Protetivas Estatuto do Idoso".
- 4- Subsistente a medida cautelar ou protetiva do Estatuto do Idoso, após a redistribuição e reclassificação, caberá ao juiz que recebeu a redistribuição direcionar posterior movimentação. Dúvidas dos Ofícios de Justiça poderão ser esclarecidas pelo e-mail: spi.diagnosticoeimplantacao@tjsp.jus.br. Dúvidas dos Distribuidores poderão se esclarecidas pelo e-mail:spi.gestaodist@tjsp.jus.br.

Dje de 19/09/2018 . pág 29





COMUNICADO CONJUNTO Nº 2224/2018 (PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA t**erá sua **décima segunda edição** na semana de **26 a 30 de novembro de 2018**.

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher;

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/ Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

- 1 Quantidade de Audiências Preliminares realizadas na Semana;
- 2 Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
- 3 Quantidade de Despachos proferidos na Semana;
- 4 Quantidade de Medidas Protetivas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
- 5 Quantidade de Sessões do Júri realizadas na Semana;
- 6 Número de Magistrados que atuaram na Semana;
- 7 Número de Servidores que atuaram na Semana;
- 8 Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
- 9 Total de Sentenças de Conhecimento com mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 10 Total de Sentenças de Conhecimento sem mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 11 Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com mérito em Feminicídio na Semana;
- 12 Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem mérito em Feminicídio na Semana;

Dje de 14, 22 e 23/11/2018)





COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

2018





COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - CSV PORTARIA № 8.554/2012

Coordenadora - CSV: Fabíola Lúcia Guimarães Anauate

Supervisora de Serviço de Apoio e Informações – CSV 1 : Erika Cristina Bomfim Tolare

Supervisora de Serviço de Expediente – **CSV 2**: Rosely Gomes da Silva Escrevente Técnico Judiciário: Silvio Akira Takada Marcia Helena de Castro

LOCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - CSV

COMESP - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Fórum João Mendes Júnior

Praça Doutor João Mendes, s/n - 13º andar - sala: 1317 - CEP.: 01501-900 - Centro - São Paulo - SP

Telefones.: (11) 2171-4807 ou (11) 3104-5521

e-mail: comesp@tjsp.jus.br